



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



***A PLATAFORMA DE TERRITÓRIO TRADICIONAIS E O CADASTRAMENTO DAS
COMUNIDADES DE PESCA DO GUAIAMUM : Contradições e ações no território dos
goiamunzeiros da Resex de Canavieiras/BA.***

EVELYN COELHO ROCHA

Salvador/BA

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

A PLATAFORMA DE TERRITÓRIO TRADICIONAIS E O CADASTRAMENTO DAS COMUNIDADES DE PESCA DO GUAIAMUM : Contradições e ações no território dos goiamunzeiros da Resex de Canavieiras/BA.

EVELYN COELHO ROCHA

Monografia submetida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao **CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA** do Instituto de Geociências (IGEO), como requisito à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Dr. Prof. Miguel da Costa Accioly.

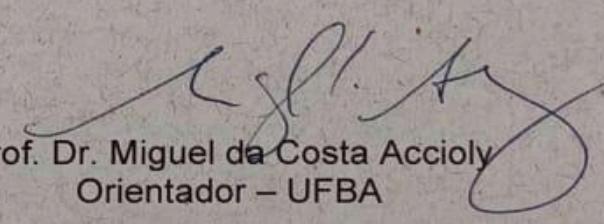
Salvador/BA

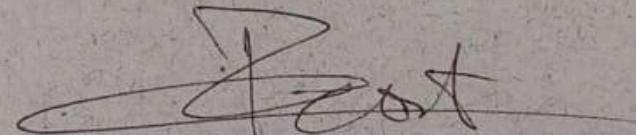
2025

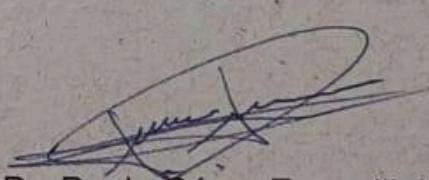
EVELYN COELHO ROCHA

O cadastramento do território das comunidades de pesca do Goiamum na plataforma de territórios tradicionais, frente às contradições e ações conjuntas das instituições e comunidades tradicionais, para o fortalecimento de uma autonomia comunitária de autogestão.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Miguel da Costa Accioly
Orientador – UFBA


Profa. Dra. Catherine Prost
UFBA


Prof. Dr. Paulo César Zangalli Junior
UFBA
Gerente de Mapeamento do ISC - UFBA

Os Povos e Comunidades Tradicionais vivem um cotidiano onde seus territórios são paulatinamente destruídos e, consequentemente, sua cultura fragilizada frente às agressões sofridas pela cultura desenvolvimentista. Podemos enumerar como principais agentes causadores a expansão das atividades industriais no país, a expansão imobiliária, o turismo predatório, dentre outros, que são atividades que, desenvolvidas de forma indiscriminada, incitam constantes ameaças, transformando os territórios tradicionais em ambientes de conflito com o capital. Neste contexto estão inúmeras comunidades pesqueiras, por exemplo, que se vêm afetadas pela perda e até mesmo pelo comprometimento ambiental que tornam insalubres os seus territórios de água e terra, que além de locus de reprodução e sobrevivência de qualquer ser humano, neste caso específico são também imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades e sua reprodução social (ACCIOLY, RÉGO, MORAES, 2014, p. 2)

AGRADECIMENTOS

Nesses anos que trilhei o caminho da graduação em geografia, muitas pessoas passaram pela minha vida e me deram suporte, com acolhimento, conselhos, palavras de conforto e afeto. E aqui agradeço a todos que aqui contribuíram na minha formação e crescimento profissional, sobretudo na realização deste trabalho e que assim enriqueceram minha jornada de alguma forma incentivaram todo processo de escrita.

Aos meus pais, Evileide Coelho e Sidney Rocha, por me apoiarem em toda a minha trajetória, sendo grandes referências de dedicação e esforço. E que sempre me mostraram a importância de não só sonhar, mas correr atrás e realizá-los, agarrando todas as oportunidades que trilharam no meu caminho. Vocês são o sinônimo de força e perseverança. A minha irmã, Luana Coelho, por me ajudar nos momentos de desespero e pela escuta cuidadosa.

Aos meus familiares, Família Coelho e Rocha que sempre torceram por mim desde do momento que contei que havia passado na universidade, sendo eu umas das primeiras da família a ingressar em uma Universidade Pública. E aqui, trago meus tios José Rocha, minha referência de esforço e dedicação nos estudos e que sempre me incentivou a passar na Universidade, Sicleide Rocha, Neancelma Coelho, meus primos Stanley Rocha e Valeska Coelho, por sonharem junto comigo e me apoiarem nas minhas decisões. E aqui não posso deixar de citar meus sogros, Lucijane Coelho e Fábio Silva e minha cunhada, Fernanda Couto, que me abraçaram e deram todo apoio na minha trajetória.

Ao meu marido, Fabrício César por todo apoio em prosseguir com meu sonho de formação, auxiliando em muitos processos de escrita, inclusive a do TCC, me falando o quanto sou capaz de fazer qualquer coisa. Na paciência, com meus surtos com tantas demandas e sobrecarga, além de me dar forças nem quando ele mesmo tinha. Em me apoiar em todas as viagens que fiz, mesmo sem querer, sabendo o quanto era importante para mim. E assim, por sempre se fazer presente.

Aos meus mentores acadêmicos e de vida, Doutora Jussara Rêgo e Professor Doutor Miguel Accioly, por me mostrarem o caminho que hoje estou trilhando e por abrir muitas portas na

academia e profissionalmente. Mostrando meus erros e encorajando a mudar e aperfeiçoá-los. Aqui vínculo o grupo MarSol que me acolheu no Laboratório.

O mesmo direciono a gratidão ao grupo Decolonialidade Educação Ambiental e Sustentabilidade - DEAS, orientado pelo Professor Doutor Fábio Vieira que orientou em projetos de pesquisa voltado à educação ambiental, dando direcionamento na escrita científica.

Aos meus amigos, Hannah Nikiel, Helena Bambirra, Sabrina Andrade, Jéssica Cunha, Giulia Novais, Isabela Araujo, Henrique Brandão, Ana Paula Gomes, entre muitos outros que se fizeram presente na minha trajetória, torcendo pelo meu sucesso.

A AMEX e todos os seus associados, e aqui evidencio, aqueles que estiveram ao meu lado, me auxiliando em todo processo de elaboração de trabalho de conclusão, são eles Geise, Lilian, Carlinhos, Tiago, Ernesto, João Barba, além do ICMBio, por apoiar todas as atividades que realizei.

RESUMO

As comunidades tradicionais carregam consigo uma relação harmônica com espaço e com a natureza. Essas interações se desvendam através dos seus modos de vida, que mantêm suas raízes em práticas ancestrais, passadas por gerações. A partir dessas conexões, as comunidades de pesca do guaiamus têm se mobilizado para proteger suas práticas de pesca tradicional e seus modos de vida. Como ferramenta de mobilização e enfrentamento frente aos conflitos que cercam a suas práticas de pesca do guaiamus, os comunitários da Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada no Sul da Bahia, optaram por se cadastrarem na Plataforma de Territórios Tradicionais. O presente trabalho tem, portanto, o objetivo geral de discutir os efeitos da ação de cadastramento do território de pesca do guaiamus, na mencionada plataforma, e assim compreender as contradições que estão atreladas à visibilidade do território que o cadastro proporciona. Para isso, iremos propor algumas questões fundamentais, como em que medida a construção do documento pode fortalecer o autoconhecimento para uma autogestão do território, quais os possíveis impactos gerados da não inclusão de comunidades na delimitação da Resex de Canavieiras, e qual o papel das instituições e instrumentos legais para um fortalecimento da autogestão do território. Deste modo, para desenvolver a ação do cadastramento, tivemos como ponto de partida a abordagem de pesquisa-ação, alinhada ao método qualitativo, pautada em uma ação conjunta às comunidades. A fim de uma complementaridade foram utilizados materiais teóricos junto às atividades práticas em campo. O processo de cadastramento do Território Goiamunzeiro na Plataforma de Territórios Tradicionais, embora ainda em análise, revelou-se uma importante ferramenta de valorização dos saberes comunitários, fortalecimento político e afirmação identitária das comunidades de pesca do guaiamus. Mais do que um registro formal, a ação gerou reflexões internas voltadas à autogestão comunitária através do conhecimento tradicional e proteção dos modos de vida e do território.

Palavras-chave: Guaiamus, Território tradicional, Plataforma de Território Tradicional, Resex de Canavieiras, Pesquisa-ação

ABSTRACT

Traditional communities maintain a harmonious relationship with space and nature. These interactions are revealed through their ways of life, which are rooted in ancestral practices passed down through generations. Based on these connections, guaiamum fishing communities have mobilized to protect their traditional fishing practices and their ways of life. As a tool for mobilization and coping with the conflicts surrounding their guaiamum fishing practices, the community members of the Canavieiras Extractive Reserve, located in southern Bahia, chose to register on the Traditional Territories Platform. This paper, therefore, has the general objective of discussing the effects of registering the guaiamum fishing territory on the aforementioned platform and thus understanding the contradictions linked to the visibility of the territory that the registration provides. To this end, we will pose some fundamental questions, such as to what extent the development of the document can strengthen self-knowledge for territorial self-management, what are the possible impacts of not including communities in the Canavieiras Extractive Reserve's demarcation, and what role do institutions and legal instruments play in strengthening territorial self-management. Thus, to develop the registration process, we took as a starting point an action research approach, aligned with the qualitative method, based on joint action with the communities. To ensure complementarity, theoretical materials were used alongside practical field activities. The registration process of the Goiamunzeiro Territory on the Traditional Territories Platform, although still under analysis, proved to be an important tool for valuing community knowledge, political strengthening, and identity affirmation of the guaiamum fishing communities. More than a formal registration, the initiative generated internal reflections focused on community self-management through traditional knowledge and the protection of lifeways and territory.

Keyword: Guaiamum, Traditional Territory, Traditional Territory Platform, Resex de Canavieiras, Action Research

LISTAS DE SIGLAS

ACCS - Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade

AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas

CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MarSol - Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular do Instituto de Biologia da Ufba

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais

PGL - Plano de Gestão Local

RESEX - Reservas Extrativistas

UC - Unidade de Conservação

WWF Brasil - World Wildlife Fund

DEAS - Decolonialidade Educação Ambiental e Sustentabilidade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ícone da Associação de pesca do guaiamum.

Figura 2 - Comunidades de pesca do Guaiamum na área da Resex de Canavieiras.

Figura 3 - Diferentes tipos de ratoeira a) ratoeira de garrafa PET, b) ratoeira de Cano de PVC, c) ratoeira de caixa de madeira.

Figura 4 - Caixa que é usada para cevar o guaiamum.

Figura 5 - Vegetação arbustiva caracterizada pela planta samambaia (representado pela seta) às margens do estuário na Resex de Canavieiras. Ao fundo, presença de coqueiros, rabo de bugio e outras vegetações.

Figura 6 - vegetação arbustiva caracterizada pela planta rabo de bugio do estuário na Resex de Canavieiras. (Representado pela seta)

Figura 7 - Toca do Guaiamum com ratoeira de PVC (representado pela seta) na vegetação arbustiva caracterizada pela planta samambaia e mata de dendê.

Figura 8 - Vegetação arbórea caracterizada pela planta corticeira e seu fruto.

Figura 9 - Árvore de porte médio do cacau.

Figura 10 - Vegetação do manguezal na marina de Campinhos.

Figura 11 - Vegetação do manguezal às margens do rio Salsa.

Figura 12 - Vegetação do manguezal e suas raízes na maré baixa.

Figura 13 - Mapa da poligonal da RESEX e os três municípios de Belmonte, Canavieiras e Una.

Figura 14 - Mapa da área de pesca do guaiamum e os viveiros de camarão e conflitos.

Figura 15 - Tanques de carcinicultura localizados na delimitação da Resex de Canavieiras.

Figura 16 - Caderno de automonitoramento da pesca artesanal.

Figura 17 - Layout da plataforma.

Figura 18 - Contagem dos registros por Região.

Figura 19 - Contagem dos registros pela Unidade Federativa (Estados).

Figura 20 - Exemplos dos Manuais disponíveis na plataforma.

Figura 21 -Dados solicitados na plataforma para realização do cadastramento.

Figura 22 e 23 - Assembleia com as 16 lideranças comunitárias, apresentação do conteúdo para Cadastramento e elaboração de ata.

Figura 24 e 25 - Processo de Cadastramento da Comunidade Guaimumzeira na Plataforma de Territórios Tradicionais.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTAS DE SIGLAS.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo geral.....	14
2.2. Objetivos específicos.....	14
3. AS ABORDAGENS METODOLÓGICAS E FERRAMENTAS UTILIZADAS.....	15
4. DESENVOLVIMENTO.....	18
4.1. BREVE TRAJETÓRIA COM TRABALHOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	18
4.2 Território de Pesca do Guaiamum e a história de suas comunidades.....	20
4.3. A geografia e as modificações do espaço geográfico.....	26
4.3.1. Modificação do espaço e as problemáticas no território e ambiente.....	28
4.3.2 O guaiamum e seu espaço.....	29
4.4. A formação do Território da Resex e as contradições do uso da terra.....	36
4.4.1. Comunidades de pesca e os conflitos que enfrentam.....	45
4.4.2 Gestão do conhecimento.....	49
4.5. A PLATAFORMA E SUAS POSSIBILIDADES.....	53
4.5.1 Processo do Cadastramento, qual sua contradição?.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6. REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais, sempre tiveram uma relação de interação quase simbiótica com os espaços que neles se encontram. Mostrando que para existirem em um lugar não é necessário modificações que trazem grandes impactos no ambiente, levando ao seu desgaste. Pelo contrário, a utilização do espaço pode ser de maneira harmônica e respeitosa. A partir desse modo de vida, os povos tradicionais moldaram práticas consideradas ancestrais, que são passadas por gerações.

As populações tradicionais carregam consigo a apropriação das dinâmicas que cercam o seu território, assim, se refletindo nos conhecimentos acerca dos ecossistemas e as espécies da fauna e flora, das técnicas de pesca, extração e outras atividades produtivas, que são voltadas para fonte nutricional e de renda. Segundo o Ministério do Meio Ambiente - MMA, existem cerca de 28 segmentos, reconhecidos pelo Decreto 6.040 de Fevereiro de 2007, sendo representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT. Um desses grupos, que são reconhecidos pelo CNPCT, são os extrativistas costeiros e marinhos que se encontram na costa brasileira, em áreas de manguezal (MMA). A exemplo temos a comunidade tradicional da Reserva Extrativista de Canavieiras, que é localizado no sul Baiano, inserida nos municípios de Belmonte, Canavieiras e Una.

A formação da Resex de Canavieiras, assim como é conhecida pelos comunitários, se deu em meio a constantes conflitos que colocavam os modos de vida das comunidades tradicionais em risco. Contudo, a história do território sempre esteve cercada de lutas comunitárias ligadas à conservação e proteção do ecossistema e dos seus modos de vida, sendo reconhecida por outras comunidades, uma referência em luta.

A exemplo de mobilizações existentes dentro da Resex de Canavieiras, destacamos a dos pescadores de guaiamum, que se organizam através da Associação dos Goiamunzeiros e Goiamunzeiras de Canavieiras - AGGC, desde o ano de 2016. Neste ponto do trabalho é preciso mencionar que, ainda que a associação adote a grafia *goiamum*, usaremos *guaiamum*, uma vez que é o formato corriqueiro na comunidade, além de ser o mais próximo ao senso comum, mesmo que as duas formas sejam usadas nas suas dinâmicas locais.

O território de pesca do guaiamum está localizado em duas áreas, dentro e fora da Resex. Este trabalho se mostra relevante na medida em que ele evidencia as diferenças das áreas de pesca do guaiamum. O importante, aqui, é entendermos que o enfrentamento dos goiamunzeiros se dá devido aos conflitos pela a perda de território e de áreas que são encontrados o guaiamum, acarretando em grandes impactos na produção da pesca.

Para além da diminuição das áreas de pesca, em 2015 foi lançada uma lista de espécies pesqueiras ameaçadas de extinção, através da Portaria do MMA nº 445/2014. Esta normativa proibia a prática da pesca do guaiamum, somando-se, assim, mais um impacto aos modos de vida comunitários. Foi exatamente com base nessas questões que se iniciaram as mobilizações das comunidades de pesca da Resex de Canavieiras (Pereira; Oliveira; Costa, 2017), que tiveram como produto final a elaboração de um Plano de Gestão Local que garante à pesca do guaiamum nesses territórios.

Com intuito de continuar com o trabalho do PGL do guaiamum e fortalecer a luta dos pescadores, foi realizado, em conjunto com a AGGC, a ação de cadastramento do território de pesca de guaiamum na plataforma de territórios tradicionais. Essa plataforma (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019) é uma ferramenta digital, e tem como objetivo dar visibilidade às variadas comunidades tradicionais por meio dos relatos dos conhecimentos sobre território, cultura e outros saberes. Segundo a cartilha do Ministério Público Federal (2020), a plataforma destina-se a registrar informações sobre os territórios tradicionais. O cadastro visa a iniciativa das comunidades, e pode ser inserido informações como trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, relatos e publicações científicas.

A plataforma, atualmente, conta com 380 registros distribuídos pelas regiões do território brasileiro, caracterizando assim uma grande diversidade das comunidades tradicionais. As regiões com maior abundância de registros são o Sudeste, Centro-Oeste e em terceiro o Nordeste, com uma maior atuação das comunidades quilombolas (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019). Porém, ainda não consta na plataforma o território de pesca de guaiamum, assim a Resex de Canavieiras será o primeiro a ser integrado neste banco de dados, servindo de exemplo para outras comunidades buscarem o reconhecimento do seu território e afirmarem seus saberes atrelados às práticas ancestrais de pesca, como os conhecimentos das marés, tipos de espécies presentes no ecossistema local e os períodos que podem exercer as atividades pesqueiras.

2. OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa se relacionam aos entendimentos sobre quais contradições, atravessam a visibilidade para as comunidades, para assim se compreender os possíveis efeitos da ação de cadastramento da comunidade de pesca de Guaiamum na plataforma de territórios tradicionais.

2.1. Objetivo geral

Este trabalho visa discutir os possíveis efeitos da ação de cadastramento na plataforma de territórios tradicionais da comunidade de pesca de guaiamum.

2.2. Objetivos específicos

- Discutir como o levantamento dos documentos exigidos contribui no autoconhecimento da comunidade sobre seu território;
- Conhecer as motivações e consequências da não inclusão de comunidades, que compõem a associação da pesca do goiamum, ao território da unidade de conservação da RESEX de Canavieiras, para assim delimitar quais impactos que atingem esses territórios;
- Compreender as relações instituições, cadastros e documentos oficiais, como ICMBio, o plano de gestão local (PGL) e a delimitação territorial de uma RESEX, contribuem para o fortalecimento da autogestão do território e das formas de vida das comunidades pertencentes a AGGC;
- Compreender os possíveis impactos da ação do cadastramento do território de pesca do guaiamum na plataforma.

3. AS ABORDAGENS METODOLÓGICAS E FERRAMENTAS UTILIZADAS

O presente trabalho foi pautado nas reflexões acerca dos possíveis efeitos do cadastramento do Território de Pesca do Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) da RESEX de Canavieiras na Plataforma de Territórios Tradicionais. A ideia da ação de cadastramento surgiu a partir da demanda da AGGC, devido a necessidade de fortalecimento da luta dos pescadores e pescadoras do guaiamum. Para chegarmos no resultado do trabalho de conclusão, utilizamos duas metodologias, como a pesquisa-ação junto qualitativa, a qual nos serviu de base para compreender as dinâmicas ao nosso entorno, sobretudo nos fazendo perceber e vivenciar novas experiências, em campo.

Para atender a demanda da AGGC, tivemos como ponto de partida a abordagem de pesquisa-ação, alinhada ao método qualitativo. Segundo Koerich et al. (2019), a pesquisa ação consiste em um processo metodológico baseado na experiência, em que são identificados os problemas relacionados ao contexto social. Com a participação do grupo é feito um levantamento sobre os temas, para que possam ser analisados em busca de possíveis alternativas para a efetivação de uma intervenção/ação naquele espaço.

A pesquisa ação como método agrupa várias técnicas de pesquisa social. Utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados de intervenção na solução de problemas e organização de ações bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva. (Baldissera, A. , 2012, p. 7)

Essa metodologia consiste, portanto, em identificar os possíveis desafios de um determinado grupo e buscar soluções a partir de ações conjuntas, que neste caso, foi a necessidade de fortalecimento das lutas dos pescadores e pescadoras de guaiamum. Assim, a fim de mostrar os enfrentamentos das comunidades no território de pesca do guaiamum e prosseguir o trabalho do PGL do guaiamum, surge a ideia da ação de cadastramento do território de pesca do guaiamum na plataforma de território tradicional. A plataforma é uma ferramenta legal, ligada ao Ministério Público Federal, com o intuito de dar visibilidade para variados grupos das comunidades tradicionais do território brasileiro.

Para esse cadastramento, a plataforma exigia o registro escrito de relatos dos comunitários sobre o território e sua história, com informações como reivindicações locais, principais problemas e conflitos enfrentados, além de atividades desenvolvidas no território como a da

pesca. Surge, assim, a necessidade de compreender e documentar a história da comunidade, as características dos locais e os instrumentos utilizados na pesca, tudo isso através de relatos dos pescadores e pescadoras de guaiamum. Neste movimento de ir em busca dessas informações, percebemos que seria imprescindível discutir em que medida esses relatos podem contribuir para os pescadores como uma forma de auto identificação do seu território e da identidade de pesca.

O método qualitativo, conforme descrito por Minayo (2002, p.26), se mostrou uma importante ferramenta para cumprir as exigências do cadastramento. A proposta da autora envolve a construção de um material que permite a integração de diversos elementos, como relatos, entrevistas, conversas, observações, grupos focais¹, bibliografias, documentos e materiais institucionais. Temos aqui, portanto, as bases metodológicas deste trabalho, resumidos na ideia da complementariedade entre materiais teóricos e as atividades de campo, na medida que aproximam essas diferentes formas de conhecimento (Accioly; Rêgo; Moraes, 2014). Na perspectiva prática temos os saberes dos pescadores de guaiamum sobre o território e as dinâmicas do espaço, enquanto Accioly et al. (2014), Baldissara (2012) e Koerich et al. (2019) fornecem as bases formais para o exercício da pesquisa.

Outro fator decisivo para que a pesquisa tenha assumido os rumos descritos até aqui, foi a minha trajetória particular na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mais especificamente o trabalho de monitoria voluntária desenvolvido por mais de dois anos no componente de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), BIO B63 - Mapeamento Biorregional em Comunidades Tradicionais, trabalho de suma importância para a construção do vínculo com as comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras. Nos aprofundaremos neste e em outros assuntos mais à frente.

Para uma efetiva elaboração deste trabalho de conclusão de curso, foi necessária a realização de duas atividades de campo, que para o estudo da geografia é uma importante ferramenta de observação, experiências e integração entre teoria e prática (Kozenieski; Lindo; Souza, 2021). A primeira ida a campo ocorreu entre as datas de 27 e 30 de novembro de 2024, na qual realizamos uma reunião, com os pescadores da AGGC para apresentar a plataforma e os

¹ O grupo focal é uma técnica vinculada à pesquisa qualitativa, a fim de realizar entrevistas/conversas de forma interativa com o grupo. O intuito é coletar informações detalhadas, elaborando questões mais precisas de um tema específico (Trand, 2009).

procedimentos necessários para o cadastramento, além da organização de grupo focal para a execução de visitas a alguns pontos de pesca do guaiamum.

Mesmo que a reunião tenha sido extremamente produtiva e rica em afetos, outra visita se mostrou necessária. Novas demandas dos pescadores em outras atividades demonstraram a urgência do trabalho, que levou a uma estadia ainda mais longa na unidade. A segunda ida à campo, que ocorreu entre os dias 18 de maio e 06 de junho, supriu a necessidade de darmos prosseguimento ao trabalho, através da realização de conversas e visitas acompanhadas das lideranças, pescadores de guaiamum e colaboradores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Organização de grupo focal para fazer visitas aos outros pontos de pesca e comunidades, além de juntar as informações obtidas para formulação de um conteúdo, em texto e mapa, para o cadastramento. E por fim, a realização da ação de cadastro do território.

Uma vez que nenhum trabalho acadêmico e comunitário é produzido de maneira isolada, destaco o auxílio da bióloga e mestrandona Programa de Pós Graduação em Ecologia da UFBA, Marina Mascarenhas, que, apesar de contar com objetivos distintos, conversa diretamente com os interesses dos goiamunzeiros e goiamunzeiras locais, reafirmando, assim, o compromisso deste trabalho com a interdisciplinaridade e integração dos saberes. Além dela, o apoio dos servidores do ICMBio, da Associação Mãe dos Extrativistas (AMEX) e da AGGC, foi imprescindível para garantir a qualidade dos dados produzidos, integridade física das pesquisadoras e aproximação legal com os comunitários e territórios investigados.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. BREVE TRAJETÓRIA COM TRABALHOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

Partimos então da seguinte consideração: a Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs às demais ciências, que por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio. Constitui um paradoxo, porque, na medida em que na Modernidade se expandiu a racionalidade e se constituiu a ciência moderna, o caminho foi a disjunção, a separação, a compartimentação do conhecimento; a divisão entre as ciências naturais e as ciências sociais. (Suertegaray, 2001, p.1)

Partindo desse pressuposto, a ideia de compreender as interações entre o ser humano e o meio nas suas mais variadas formas ancestrais, veio a escolha temática do projeto de conclusão de curso, derivada da aproximação existente em outros trabalhos que conferiram a oportunidade de iniciar o contato com comunidades por meio do componente curricular ACCS BIO B63 - Mapeamento Biorregional em Comunidades Tradicionais. Uma experiência tanto encantadora quanto desafiadora, por nos tirar da zona de conforto sobre o que é pensar em um contexto comunitário partindo de saberes científicos, em um formato pedagógico que não se engessa nas perspectivas tradicionalistas e formais.

O mapeamento biorregional é uma “técnica que permite a apropriação do conhecimento que garante a vida de uma comunidade”, seja ele conhecimento biofísico e cultural coletivo. As informações e conhecimentos tornando-se fontes de planejamento, podendo ser utilizadas nas decisões eficazes de melhoria de suas existências. É elaborado em conjunto com diversos setores da comunidade. O trabalho de mapeamento na comunidade, permite desenvolver atividade de intervenção de auto-diagnóstico (e autoavaliação). Tornando-se instrumento, político, cultural, social, econômico, histórico de interesse da localidade. (Accioly, Santana, 2014)

Conforme descrito por Accioly e Santana (2014), a técnica de mapeamento biorregional traz a possibilidade das comunidades se apropriarem dos seus saberes de diversas áreas do conhecimento formal, justamente através dos relatos produzidos pelos comunitários acerca de seu próprio território. Assim, assumimos neste trabalho o desafio de conduzir uma produção científica cuja proposta principal não é a de levar o conhecimento acadêmico para comunidade, mas sim relacionar o conteúdo teórico com a prática, como se dá a apropriação social do ambiente e a gestão que é feita pelos povos no seu território (Vieira, 2018).

O mapeamento biorregional, enquanto produto material final, serve como um registro da existência das tradições, lutas e conhecimentos locais. Em outras palavras, é uma ferramenta documental em formato de mapa, que une parâmetros acadêmicos formais, como escala, legenda e georreferenciamento, aos conhecimentos tradicionais da comunidade, sempre destacando o que os comunitários indicam como mais urgentes. Evidencia-se, assim, que a metodologia utilizada neste tipo de trabalho não é atribuída apenas a uma área do conhecimento formal, mas sim a um saber interdisciplinar, buscando a compreensão na diversidade e na aproximação de conhecimentos de naturezas diferentes, científicas e não científicas, para que seja possível preencher as lacunas complexas que envolvem as dinâmicas presentes em uma sociedade.

Essa aproximação com a ACCS foi a porta de entrada para outros projetos, como o "Manchas de Sofrimento", do programa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT em Ambientes Marinhos Tropicais – AmbTropic – fase II. Processo CNPq: 465634/2014-1, na qual mapeamos os acontecimentos do crime do Petróleo no Litoral da Bahia e em outros Estados da costa do Brasil no ano de 2019. Nesta pesquisa, nos separamos por localidades no Nordeste. Na Bahia foram, Ilha de Maré, Litoral Norte, Sul da Bahia, Baixo Sul e Extremo Sul, no qual 5 bolsistas universitários e 5 comunitários ficariam responsáveis por elas. O trabalho estava voltado a realizar entrevistas com lideranças e comunitários que ficaram à frente do enfrentamento do crime do óleo, investigando em detalhes como se deu o processo de resistência dessas comunidades (Accioly; Vieira; Rego; Santos; Costa, 2022) .

Enquanto uma das bolsistas do programa, fiquei responsável pela região do Extremo Sul. Lá tive a oportunidade de ter uma proximidade com a RESEX de Canavieiras, localizada no Sul do Estado da Bahia. Foi a partir deste ponto que começamos a nos aproximar da comunidade de Canavieiras, passando a entender como ela tem sido referência na luta e resistência acerca da preservação cultural e territorial, inclusive citada por outras comunidades como amplamente organizada política e socialmente. Graças a essa abordagem e nossa atuação no mapeamento biorregional, momento que se estreitou um laço de empatia e confiança, fui chamada para realizar o cadastramento do território de pesca de guaiamum na plataforma de territórios tradicionais. O maior exemplo dessa organização é a reivindicação da comunidade de pesca do guaiamum da Resex de Canavieiras para voltarem a ter o direito de pescar o caranguejo azul, isso após a proibição decretada com a Portaria MMA nº445/2014, que lista

espécies de invertebrados terrestres e aquáticos, peixes e outros animais da fauna ameaçadas de extinção, sendo uma delas o *Cardisoma guanhumi*.

4.2 Território de Pesca do Guaiamum e a história de suas comunidades

Para iniciarmos a reflexão sobre os processos de cadastramento do território de pesca do guaiamum na plataforma de território tradicional, fez-se necessário, primeiramente, reconhecer a localidade tradicional. Um dos principais objetivos na execução do cadastramento da Associação dos Goiamunzeiros e Goiamunzeiras de Canavieiras (figura 1), é o reconhecimento da localidade onde exercem suas atividades como Território Goiamunzeiro.

Ao longo das entrevistas compreendemos que o Território Goiamunzeiro, para os pescadores de guaiamum, é muito mais que uma delimitação física, é um local que garante seu sustento através de práticas ancestrais e culturais da pesca, um lugar de formação de saberes passada por gerações pela oralidade, assim desvendados os fenômenos que te cercam. Um território que conta histórias de pertencimento através das relações com o meio (Vieira, 2018). É por esses motivos que o fortalecimento da organização de um grupo social através de uma associação é um passo importante para que esses agentes se entendam enquanto pertencentes ao seu território e, desta forma, possam garantir a permanência de seus modos de vida ao longo da história. Em outras palavras, é uma ferramenta legal para dar visibilidade às demandas das comunidades, além de denunciar os conflitos envolvendo a expansão de atividades econômicas da carcinicultura que tem se expandido e as demandas das comunidades.

Na geografia, os espaços de vivências e afetividades são conceituados como lugar (Lorena, 2022). Segundo Claval (2001) esse conceito representa um sentido para as pessoas que pertencem a uma localidade, constituindo um espaço vivido, representados por símbolos, identidades, culturas e saberes que são formados pela coletividade e fortalecidos ao longo do tempo (Lorena, 2022). No entanto, os comunitários da Resex e os pescadores de guaiamum adotam o termo território tanto para definir uma representação de poder (Lorena, 2022), como também para um local de pertencimento, onde exercem suas práticas ancestrais e formação de saberes.

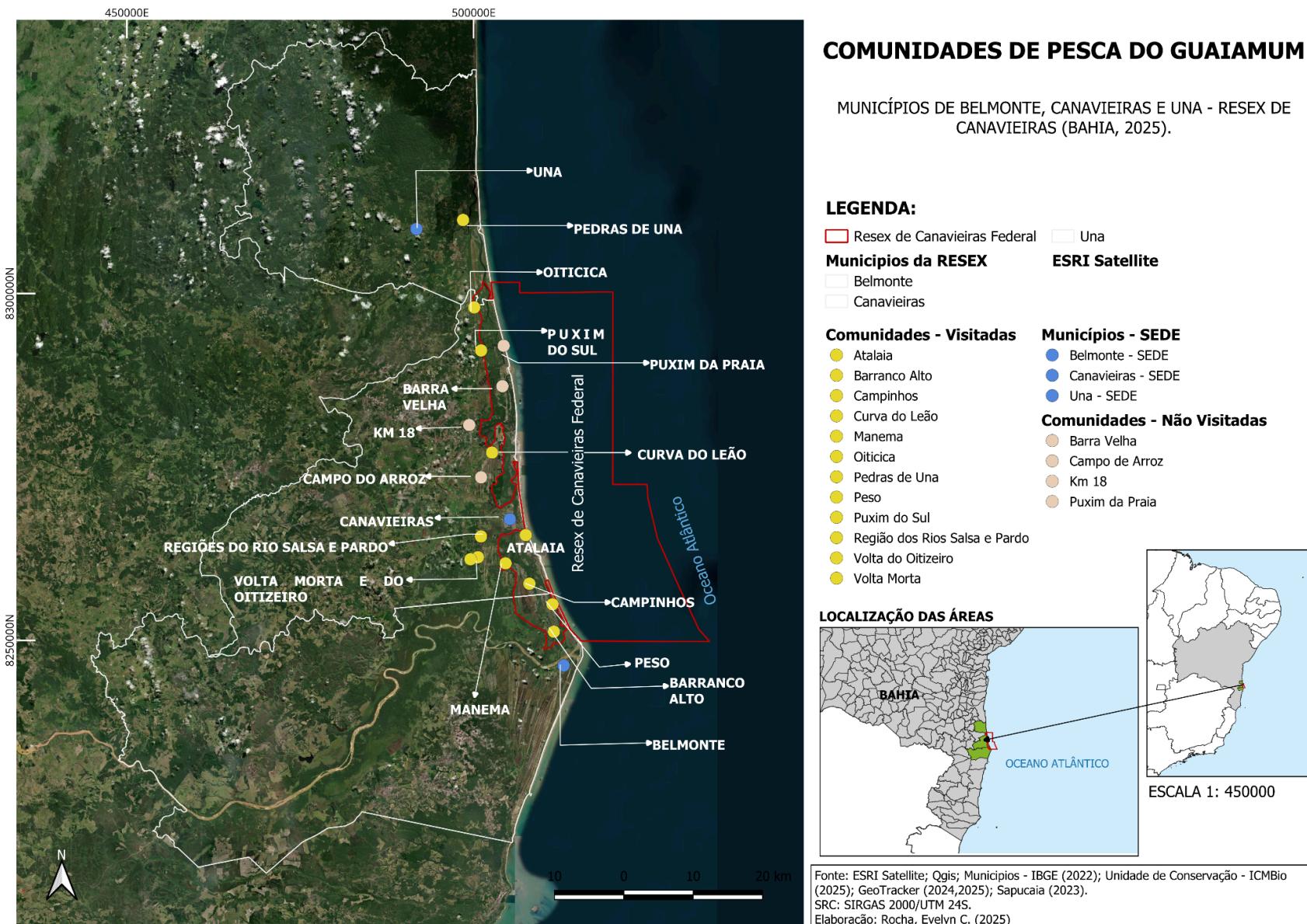
Figura 1 - Ícone da Associação de pesca do guaiamum.



Fonte - Acervo da autora.

A fim de compreender a dimensão da cultura da pesca do guaiamum é primordial sabermos quais as comunidades que estão inseridas nessa atividade. No levantamento de informações, junto a AGGC, a pesca está localizada dentro dos três municípios, presentes dentro e no entorno da Reserva Extrativa (RESEX) de Canavieiras, conforme demonstra a figura 2. As comunidades são: Pedra do Una (Município de Una), Puxim do Sul, Km 18, Curva do Leão, Campo do Arroz, Atalaia, Campinhos, Manena, Jacaré, Laranjeiras, Sede de Canavieiras (Município de Canavieiras), Sede do município de Belmonte e Ribeirinhos das regiões do rio de dentro e rio Salsa, incluindo também, as áreas de Santa Fé, Zé Birinha, Luis Ferreira, Sete Coqueiros e Coxo.

Figura 2 - Comunidades de pesca do Guaiamum na área da Resex de Canavieiras.



Fonte - ESRI Satelite; Qgis; Municípios - IBGE (2022); Unidade de Conservação - ICMBio (2025); Geotracker (2024-2025); Sapucaia (2023).

As comunidades da pesca do guaiamum existem há gerações, e por séculos suas práticas foram transmitidas ao longo da história. O relato deste comunitário evidencia como o exercício da pesca tornou-se um costume cultural, que envolve desde o conhecimento das marés, até o consumo e venda do animal.

E o Guaiamum, desde criança, eu já cresci vendo em toda a casa da comunidade no fundo da casa tinha um viveiro. Tinha uma estrutura de madeira, de tábuas, varas, com talas de dendê, talas de buri, de pati ou palmeiras da região. Então, aquela caixa comprida, que podia ser um quarto dessa mesa. Todo mundo pescava ao longo do dia, tinha armadilha, que é a famosa ratoeira ao invés de gaiamuzeira. E aí armava e pela parte da manhã, alguém ia lá olhar, tirava o guaiamum, trazia pra casa e botava dentro daquele viveiro. Comunitário da pesca da Resex de Canavieiras (2025)

Para ilustrar essas técnicas, trazemos as ratoeiras (figura 3) que são, basicamente, armadilhas confeccionadas com garrafas pet, tubos de pvc e caixas de madeira, para serem colocadas na toca do animal para capturá-lo. Temos também o ato de cevar o guaiamum com o dendê, cana de açúcar e resto de alimentos, prática que consiste na limpeza do crustáceo, a fim de lavar as impurezas do organismo e os engordarem para serem vendidos e consumidos (figura 4).

Figura 3 - Diferentes tipos de ratoeira a) ratoeira de garrafa PET, b) ratoeira de Cano de PVC, c) ratoeira de caixa de madeira.



Fonte - Acervo da autora.

Figura 4 - Caixa que é usada para cevar o guaiamum.



Fonte - Acervo da autora.

No entanto, para se capturar o caranguejo azul, não é apenas necessário a instalação da armadilha, é preciso mais uma técnica, a de colocar iscas dentro da ratoeira. Para os pescadores da Resex de Canavieiras, os alimentos que mais atraem o guaiamum são o fruto do dendê, limão, jenipapo e abacaxi. Isso acaba tornando a atividade ainda mais desafiadora e complexa, já que acaba sendo preciso conhecimento sobre quando realizar a atividade a localidade mais propícia e qual tamanho pode ser pescado.

A pesca do guaiamum, antes de mais nada, assume esse grau de especialização e complexidade por tradicionalmente ser a principal fonte de proteína das famílias da região. Contudo, com o desenvolvimento turístico na década de 90, o guaiamum se tornou uma iguaria local, sendo considerado um atrativo da culinária regional, fenômeno que acabou ampliando o interesse na captura do caranguejo azul para fins comerciais.

De acordo com o último cadastramento realizado na AMEX, estima-se que um pouco mais de 400 pessoas, segundo dados estimados do Plano de Gestão Local (PGL), realizam a atividade de pesca do Guaiamum na Resex de Canavieiras, assim sendo, até os dias atuais, uma

atividade exercida tradicionalmente na região. Porém, devido a falta de políticas públicas, como a remuneração dos pescadores nos período de paralisação das atividades de pesca, ou defeso (MPA, 2019), a grande maioria dos pescadores acaba sendo impossibilitada de manter uma renda apenas com o guaiamum sendo obrigados a recorrer a outras atividades laborais para garantir seu sustento.

[...] A grande maioria dos pescadores tem uma segunda atividade. O Guaiamum tem um período de tapagem, que é quase seis meses, aí tem uns períodos de defeses, então nesse período tem que se tentar outra atividade. O Guaiamum, por ele não ter um defeso que fomente, através do governo federal, via recurso, um dinheiro para não se pescar ele, a galera opta em se identificar como pescador de outras espécies, como do robalo, do camarão, que eles têm defesa específica para se pagar referente àquele período do defeso. Então a questão da baixa atividade de Goiamunzeiro é justamente por isso. Ele não tem uma parte que fomente ele. Diferente do que o robalo, que entrou no período agora do defeso, tem três meses e aí a pessoa fica segurada, você recebe um salário mínimo para não exercer aquela pesca. Comunitário da pesca da Resex de Canavieiras (2025).

O relato do comunitário exemplifica uma das dificuldades atreladas à falta de apoio na permanência exclusiva da pesca do guaiamum no território. Contudo, sendo o guaiamum considerado uma espécie ameaçada de extinção em grande parte do território brasileiro, e com uma proibição vigente da sua pesca, a espécie não possui defeso. A invasão e destruição dos ecossistemas do guaiamum, a proibição do acesso aos locais de pesca, a captura na época da andada e de espécies pequenas (menores que 7 cm), além do uso de agrotóxicos e construção de estradas são outros fatores que contribuemativamente para os impactos negativos na pesca, produção e população do animal. (Sapucaia, 2024, p.78)

Frente a esses impactos e a ausência de políticas públicas efetivas que permitam a continuidade dessas práticas ancestrais, os possíveis cenários para a existência das espécies e dos conhecimentos transmitidos são reduzidos drasticamente com o passar do tempo. Conforme trazido por Júnior, E.; Coutinho, B; Freitas, L :

Um novo episódio de extinção em massa está ocorrendo atualmente em consequência da atividade humana. Porém, a taxa natural de extinção, que nos últimos 600 milhões de anos foi calculada na ordem de uma espécie por ano, está nos dias atuais 100 vezes ou até mesmo milhares de vezes maior. (2009, p. 26)

Tendo em vista o que discutimos até este ponto, é coerente encararmos a possibilidade de que é exatamente isso que ocorre com as espécies de guaiamum, consequência das atividades econômicas desmedidas que tem invadido o habitat dessas espécies, fazendo com que a densidade das áreas de matas declinem, deixando-as cada vez mais fragmentadas por

estradas e outros elementos que prejudicam a reprodução da espécie (Pereira; Neves; Figueiredo, 2007). Sendo assim, faz-se necessário a busca por alternativas que freiem os avanços da ocupação e uso do solo, uma das maneiras é limitar as práticas da monocultura, a fim de manter as áreas do habitats do guaiamu.

O desafio científico tem sido encontrar maneiras para se conservar o maior número de espécies em seus próprios ambientes (conservação *in situ*), com complexidade suficiente para que os processos evolutivos continuem, em tese, promovendo a diversidade biológica. (Kawanabe *et al.*, 1993, apud Guerra A., Coelho M., 2009, p. 27)

Contudo, apenas as ações das elaborações de técnicas científicas nesse contexto têm se mostrado insuficientes para frear as destruições da biodiversidade. É necessário a existência de ações conjuntas entre comunidades e instituições, a exemplo o ICMBio, como uma maneira de manter a conservação e regeneração ambiental. A proposta é, portanto, entendermos essas ações como uma possível forma de manter a diversificação da biodiversidade e manutenção dos estilos e formas de vida do grupo.

É neste sentido que tomamos como exemplo a ação de autogestão da Resex de Canavieiras, que será discutida no tópico 4.4, que tem sido considerada referência no que tange às ações de manejo do território e de luta na garantia do direito ao uso da pesca e reprodução da cultura e vivência local. Para as comunidades tradicionais o valor atribuído à biodiversidade está muito além do intrínseco delegado pela monetização. Trata, ao contrário, da valorização das práticas que preservem os seus modos de vida comunitários (Júnior; Coutinho; Freitas, 2009).

4.3. A geografia e as modificações do espaço geográfico

A geografia é a ciência que estuda e descreve as relações entre o ser humano e o meio em um espaço, dessa forma para entender essa relação é preciso irmos a fundo na conceituação. Assim, como conceito balizador deste tópico, é primordial entendermos o que significa o Espaço Geográfico e as principais definições acerca da sua constituição (Souza, 2009).

É amplamente aceita no campo da geografia a interpretação do espaço geográfico como o exercício das organizações e atividades humanas em determinado lugar. Em outras palavras, é um meio no qual podemos ver o resultado da produção do homem através de uma organização social, econômica e cultural, além das transformações que ocorrem no ambiente e no grupo social.

Assim dito por, Saquet e Silva:

Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.(2009, p.8)

Essas idéias permitem entendermos o espaço como o processo de produção das ações do ser humano no meio. Por outro lado, as produções se diferenciam de acordo com as tendências expansionistas nos territórios, ditadas pelo capital em determinado tempo e espaço. Nessa era do desenvolvimento podemos observar a ascensão de novas lógicas econômicas que têm transformado o meio físico que conhecemos (De Paula, 2018). Essas transformações estão voltadas às descontinuidades² físicas do ambiente, sem mencionar o uso desenfreado do solo, tamponamento de rios e nascentes, entre outras modificações realizadas pela ação humana. Torna-se evidente, portanto, que as ações trazem consigo impactos estrondosos na reestruturação do território. Como consequência delas, Bernardes (2009) destaca a indução a desigualdade, justamente por levarem ao Estado brasileiro políticas públicas que dão margem política e subsídios econômicos à ampliação das técnicas nos setores econômicos.

Dentre os inúmeros setores da economia, destacamos, aqui, o setor primário como o de maior influência na localidade de estudo. Para termos um melhor entendimento sobre ele, é importante mencionar as atividades que o compõem, sendo elas a manipulação de materiais naturais e matéria prima, reunião de nichos da pecuária, criação de animais como o gado, e a agricultura para o cultivo e o extrativismo mineral, tudo isso alinhado aos combustíveis fósseis para produção de gás e petróleo.

Retomando ao pensamento de Bernardes (2009), podemos compreender que a disseminação dos setores econômicos geram impactos no territórios que irão influenciar na organização do espaço, e que, através do fortalecimento da acumulação de pequenos núcleos sociais, o grupo se organiza de maneira desigual e hierárquica. Vemos esse movimento, por exemplo, nas

² Em relação ao ambiente, a descontinuidade é a ocorrência de uma significativa interrupção no espaço físico, causada por interferência de agentes naturais ou ações humanas. Essa descontinuidade pode ser ocasionada por uma construção de estradas, erosão, barragens etc. (Glossário 360graus, 2023)

grandes cidades, que em sua maioria deslocaram a massa de trabalhadores das regiões litorâneas, ao valorizarem economicamente esses territórios.

4.3.1. Modificação do espaço e as problemáticas no território e ambiente

Em uma reflexão lúcida e profunda, um dos comunitários nos disse que “o território não é só o que a gente vê, utilizando ou pegando. O território vai além disso. O território está no seu querer, no idealizar, no questionar e sugerir.” Ainda que não intencionalmente, o comentário evidencia que é possível encararmos o território como um espaço de poder, como forma de domínio e manutenção das hierarquias. Sendo assim, o conceito de espaço nos permite interpretar o território como um meio de exercício do poder (Coelho; Cunha; Monteiro, 2009)

Já nas palavras de De Paula:

[...] no território, seus atores e agentes são capazes de imaginar, criar e gerenciar políticas e medidas que atendam aos seus objetivos e intencionalidades de apropriação da natureza. Para ele, o território político, frequentemente, se torna um instrumento de exclusão, dominação e segregação. Entretanto, a lei, quando é projetada e decidida por uma democracia, também gera realizações altruistas e generosas, favorecendo a integração ou a diversidade social, cidadania, justiça, partilha e cooperação, etc. O território torna-se espaço de legitimidade e validade, mas também gera um contexto de contrato social. (2018, p. 144)

Desse modo, podemos notar na configuração do território que, no decorrer da história, houve uma disseminação das desigualdades, exclusão social, e dominação na produção do espaço. Contudo, existem outras lógicas de uso do espaço que vão de encontro às implicações da desigualdade socioespacial, domínio e poder projetada pelo capital. Se o território é um espaço de exercício do poder, ele admite internamente uma constante contradição, tendo de um lado as dinâmicas dos modos de produção baseada no desenvolvimento capitalista, na perspectiva da disseminação de técnicas científicas, e o ambiente como fonte infinita de recursos naturais (Coelho; Cunha; Monteiro, 2009), e por outro, os saberes práticas tradicionais que atuam em simbiose com o meio natural.

Ainda que a lógica capitalista continue sendo hegemônica, os olhares têm se voltado às novas formas de relações com o território, principalmente devido às mudanças climáticas e extinção em massa de espécies da fauna e flora, que acabaram acendendo o alerta acerca da produção desenfreada no espaço geográfico. Torna-se evidente, assim, que as relações que os

comunitários da Resex de Canavieiras estabelecem entre si e com o meio são, antes de mais nada, uma forma de resistência à própria forma de reprodução do discurso capitalista e a consequente exaustão dos recursos naturais (De Paula, 2018).

4.3.2 O guaiamum e seu espaço

A espécie *Cardisoma guanhumi*, ou o guaiamum, como é conhecido popularmente pela comunidade tradicional de pesca de Canavieiras e outras localidades, é uma espécie de caranguejo azul, que, segundo o Plano de Recuperação (Galli, 2016), é a única a habitar a parte continental do território e a ser distribuída geograficamente entre o continente norte (Flórida, Bahamas e ilhas do Caribe) e sul americano, indo do nordeste até o sul do Brasil.

Com comportamento adaptado a vida no ambiente terrestre, o guaiamum coloniza ambientes de transição para terra firme margeado por estuários, tendo zonas de apicuns (limite superior da maré de sizígia) como início de ocorrência dos indivíduos, se estendendo até o interior de formações arbóreas de restingas ou mata atlântica. Plano de Recuperação (Galli, 2016, p.7).

Para se entender o comportamento da espécie, junto aos pesquisadores locais pudemos vê-la *in loco*, onde esses indivíduos estavam presentes. Dentre os habitats detectados pelos pescadores, existem as áreas de apicum, que em poucas palavras são ambientes que, em decorrência das marés altas, sofrem inundações. São conhecidos como áreas de transição, por estarem entre o manguezal e a parte continental, assim sendo locais com o solo hiposalino, o que leva a pouca ou nenhuma vegetação, conforme foi definido no Art. 3º, inciso XVII da Lei nº 12.651/2012 (Brasil, 2012).

Outra área que tem ocorrência da espécie é no mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), que conta com um tipo de árvore de características bem peculiares, especialmente por suas raízes aéreas, também podem ser encontrados em locais que tenham a ocorrência de água doce, porém sendo mais comuns em áreas de maré (Atlas dos Manguezais, 2018).

Foi registrada, também, a ocorrência do guaiamum em áreas de vegetação arbustivas, segundo os pescadores a espécie está presente nesses locais pelo fato da vegetação mais fechada deixarem suas tocas mais escondidas. Como a samambaia (*Acrostichum danaeifolium*), uma planta de grande porte, que pode chegar a 3 metros de altura, encontrada em ambientes com a presença de áreas alagadas e do mangue (IlhaViva, 2023) (figura 5 e 7). Outro ambiente

arbustivo é conhecido, pelos comunitários da Resex de Canavieiras, como rabo de bugio, por fazer referência uma espécie de macaco (*Dalbergia ecastaphyllum*), uma vegetação que se apresenta em ambientes costeiros com porte arbustivo, estando presente à beira do mangue e estuário (Santos; Ferreira; Lameira, 2022) (figura 6). Por fim, há a incidência da vegetação formada pela planta conhecida dentro da comunidade como guaxuma (*Hibiscus pernambucensis*), uma espécie encontrada no litoral brasileiro ao longo do mangue (Rocha; Pimentel; Machado, 2011).

Figura 5 - Vegetação arbustiva caracterizada pela planta samambaia (representado pela seta) às margens do estuário na Resex de Canavieiras. Ao fundo, presença de coqueiros, rabo de bugio e outras vegetações.



Fonte - Acervo da autora.

Figura 6 - vegetação arbustiva caracterizada pela planta rabo de bugio do estuário na Resex de Canavieiras. (Representado pela seta)



04/06/2025 11:49:06
24L 511468 8249260

Fonte - Acervo da autora

Figura 7 - Toca do Guaiamum com ratoeira de PVC (representado pela seta) na vegetação arbustiva caracterizada pela planta samambaia e mata de dendê.



Fonte - Acervo da Autora.

Além dos tipos de vegetação arbustivas, o guaiamum também pode ser encontrado perto de árvores, dentre elas os dendezeiros (*Elaeis guineensis*), uma planta de grande porte e que, segundo Paixão (2022, p. 8), é um tipo de palmeira que pode chegar a medir 15 metros. Os comunitários descrevem os dendezeiros como um dos habitats que os guaiamuns mais se interessam (figura 7), contando, inclusive, com grande relevância econômica no Estado da Bahia, por conta da fabricação do azeite. A seguinte é a corticeira (*Annona glabra*)

L.), encontrada na mata atlântica, é de médio porte, e segundo os pescadores, o guaiamum é atraído por ela devido ao cheiro da fruta (Programa Arboretum, 2017).

Figura 8 - Vegetação arbórea caracterizada pela planta corticeira e seu fruto.



Fonte - Acervo da autora.

Outra planta arbórea comum na região é o cacau (figura 9) (*Theobroma cacao L.*), uma espécie de árvore de porte médio, com aproximadamente 6 metros de altura (Coradin; Camillo; Vieira, 2022). Todas essas espécies de vegetação podem ser encontradas dividindo o mesmo espaço, demonstrando como é imperativo para o manejo efetivo do território levar em consideração a disponibilidade e diversidade da fauna e flora. Essa compreensão só foi possível por meio de relatos de um comunitário acerca da importância da variedade de

ecossistemas: “Não é preciso passar a máquina para poder ter uma plantação de cacau ou de dendê, você pode ter os dois no mesmo lugar.”

Figura 9 - Árvore de porte médio do cacau.



30/11/2024 11:05:51
24L 500863 8261796

Fonte - Acervo da Autora.

4.4. A formação do Território da Resex e as contradições do uso da terra

As buscas bibliográficas sobre os territórios de pesca do guaiamum (Minayo 2002), revelam a importância de, primeiramente, reconhecer a localidade tradicional, e, em seguida, a denominá-la como Território Goiamunzeiro. Os locais de pesca estão inseridos nas localidades dos municípios de Belmonte, Canavieiras e Una, pertencentes à microrregião de Ilhéus-Itabuna, localizados no sul baiano. Esses municípios têm grandes similaridades nos seus ecossistemas e atividades socioeconômicas que são desempenhadas (IBGE, 2023).

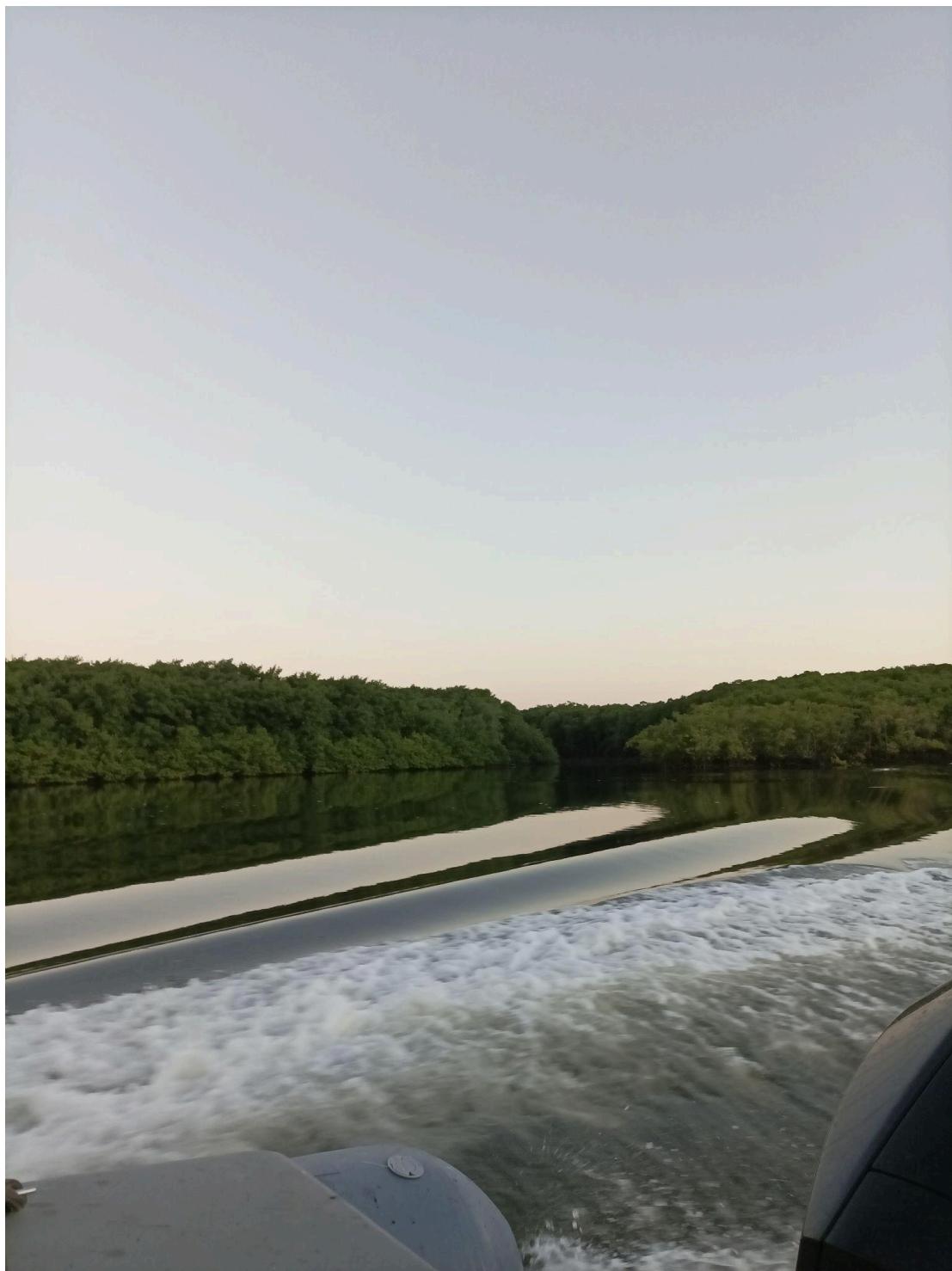
Nessas áreas existe uma grande diversidade no bioma da mata atlântica, responsável pela regulação climática, e que abriga uma rica diversidade de espécies de peixes e mariscos. É também um grande atrativo turístico pela sua beleza cênica, principalmente por seu extenso manguezal, que, segundo o Atlas dos Manguezais do Brasil (2018), chega a ter cerca de 8.000 hectares (Figura 10, 11 e 12). Entretanto, mesmo com grande importância cultural, turística e ecossistêmica, a mata atlântica segue sendo o bioma mais degradado, e hoje conta com apenas 24% da floresta original (INPE, 2025).

Figura 10 - Vegetação do manguezal na marina de Campinhos.



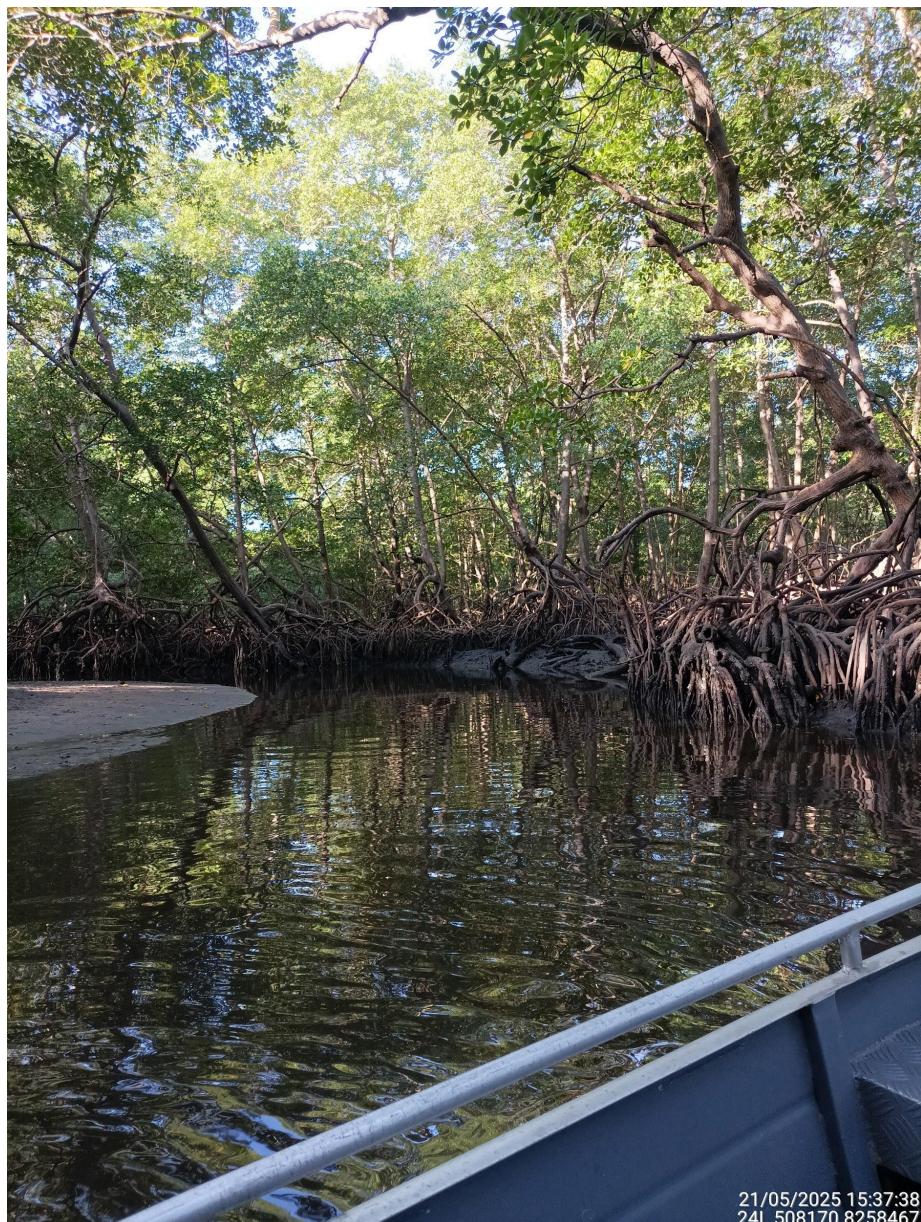
Fonte - Acervo da autora.

Figura 11 - Vegetação do manguezal às margens do rio Salsa.



Fonte - Acervo da autora.

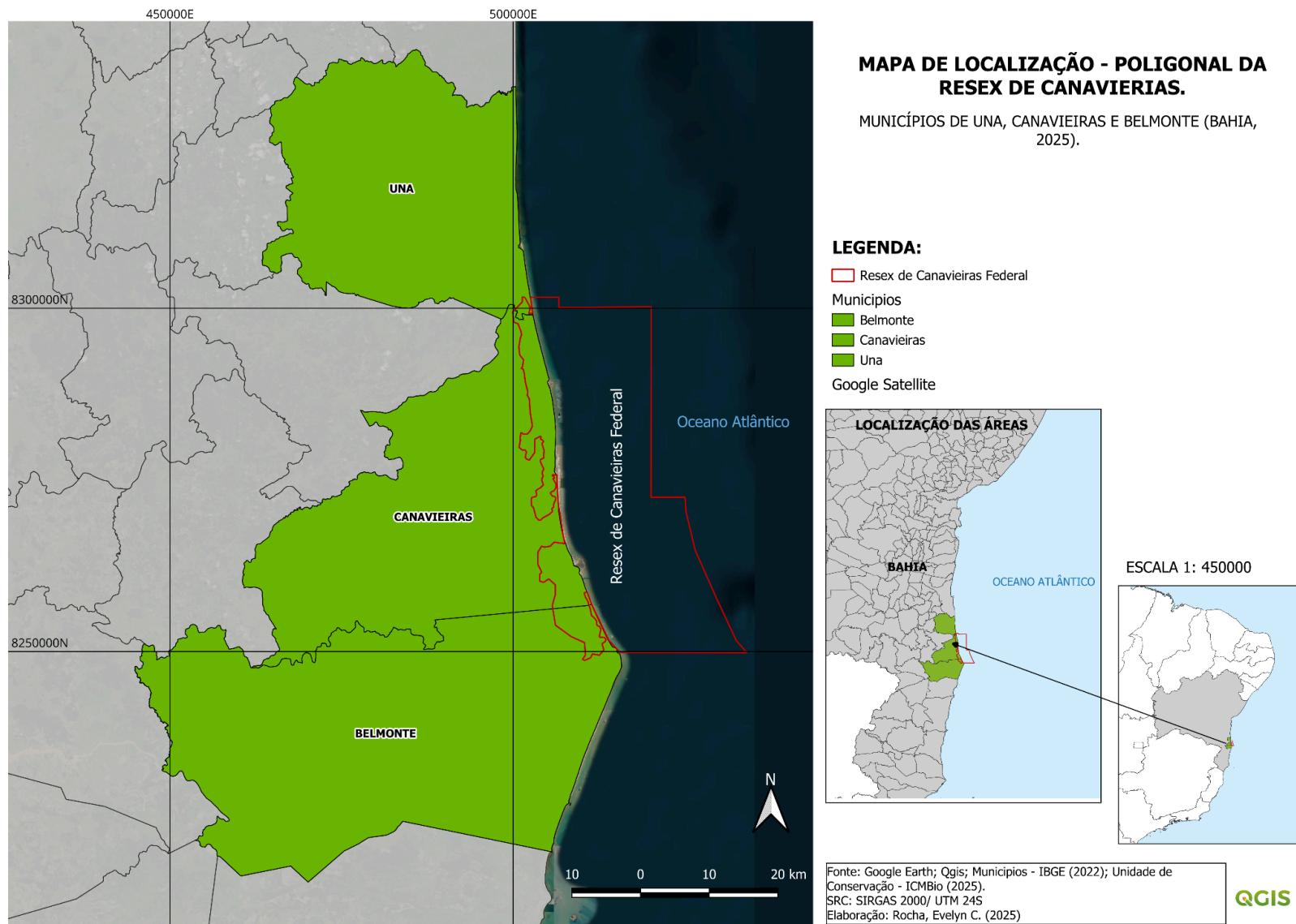
Figura 12 - Vegetação do manguezal e suas raízes na maré baixa.



Fonte - Acervo da autora.

O território dos três municípios têm localidades que compõem a Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras (figura 13). Essa Unidade de Conservação foi formada por meio de Decreto Presidencial no ano de 2006 (Brasil, 2006), com uma área de 100.646,00 Hectares. Sua criação, de acordo com o Art. 2º de 2006, tem o intuito de proteger os meios de vida e a cultura da população, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais das localidades. Contudo, mesmo essa região tendo seus usos direcionados para as comunidades tradicionais, ainda existe uma grande contradição relacionado a utilização e manejo do território, mais especificamente em torno da carcinicultura, ou seja, a criação de camarão para fins comerciais em grandes tanques que usam das águas dos rios próximos.

Figura 13 - Mapa da poligonal da RESEX e os três municípios de Belmonte, Canavieiras e Una.



Fonte - Google Earth; Qgis; Municípios - IBGE (2022); Unidade de Conservação - ICMBio (2025)

Utilizamos aqui a delimitação da Resex de Canavieiras como uma área de importância para a manutenção das práticas de pesca, sobretudo, a do território do guaiamum, com destaque para o fato de que o território goiamunzeiro não se coincide totalmente com a área da Resex. O ponto principal é tomar como exemplo as localidades protegidas pela unidade de conservação como modelo para a proteção dos habitats da espécie do caranguejo azul e dos modos de vida das comunidades de pesca.

Nos anos 2000 surgiram os primeiros empreendimentos de criação de camarão, com o intuito de retomar o desenvolvimento econômico depois do colapso com as plantações de cacau, assolada pela doença vassoura de bruxa (Sousa, 2022). A implementação desses tanques teve respaldo do Estado, que se apropriou do território, tomando o espaço que ancestralmente/culturalmente sempre foi destinado para a pesca do guaiamum (Oliveira, 2016).

A primeira vista parece ser interessante, por pressionar menos o meio ambiente, mas mais que frutos da deusa Iemanjá, o cultivo de camarão representa uma ameaça aos manguezais e aos ambientes marinhos e costeiros em geral, pelos impactos na qualidade e quantidade das águas, na pesca, na manutenção dos serviços ambientais. (Atlas dos Manguezais do Brasil, 2018, p. 66)

Na medida em que as implantações dos tanques de cultivo de camarão vão avançando, podemos perceber a contradição de se utilizar do argumento de pressionar menos o ambiente. No território mencionado, o momento da chegada desses viveiros coincidiu com o pedido e a luta pela implementação da Resex (Afonso, 2022), que teve início no final da década de 90, com a promessa de garantia de empregos nas localidades. Contudo, esse movimento, que se efetivou apenas em 2001, só foi possível, segundo os pescadores locais, devido a mobilização dos comunitários e a chegada do antigo Instituto Pangea, que realizou um novo levantamento da área para dar continuidade da criação da unidade (Pangea, 2007). A efetivação da unidade se justifica na importância da garantia de conservação do território de todos os elementos que o compõem, para que as comunidades que expressam suas experiências vividas, passadas por gerações, nestes locais. Vieira (2018), no artigo sobre a territorialidade de uma reserva extrativista, descreve que esse envolvimento tem suas bases na autossuficiência, conservação e na justiça ambiental que se atrela com os múltiplos saberes comunitários.

O envolvimento ambiental propicia a compreensão de que, por intermédio de uma forma singular e diversificada de se viver em um lugar, construímos um respeito às territorialidades que se constituem, de maneira autônoma, e que são distantes da

forma autoritária e hegemônica, instituída pelo paradigma da sociedade moderna e científica. (Vieira, 2018, p. 319)

Para Vieira & Bispo (2021), o envolvimento ambiental se contrapõe à ideia do desenvolvimento da sociedade moderna, que exclui a experiência e vivência de certos sujeitos. Essa lógica de progresso propõe, principalmente, o crescimento econômico através do avanço tecnológico e a relação de produção, consequentemente modificando o espaço (Saquet; Silva, 2008). A ideia do envolvimento é, portanto, utilizada como uma forma das comunidades buscarem sua autonomia, em busca de dignidade em seus modos de vida, por meio de luta e resistência para uma conservação ambiental (Vieira; Bispo, 2021).

O movimento de implementação da Resex de Canavieiras, evidencia que os enfrentamentos das comunidades por uma conservação ambiental, é uma forma das comunidades buscarem autonomia na gestão do seu território. O processo de delimitação da unidade de conservação, foi cercado de conflitos externos entre investidores da carcinicultura, agronegócio, do ramo de hotéis ou da especulação imobiliária, mas também entre os próprios comunitários que não entendiam a importância da unidade de conservação para a existência dos modos de vidas, ficando entre o ideal do desenvolvimento do capital, que era disseminado pela mídia e outros setores econômicos, e manter as localidades conservada e uso sustentável.

Em meio às entrevistas foi discutido e trazido pela lideranças comunitárias, que os conflitos existentes no território, atingiu a decisão da não inclusão de algumas comunidades de pesca do guaiamum, na delimitação da Resex de Canavieiras, foi possível compreender, que esse arranjo se deu devido ao receio das lideranças comunitárias, em virtude dos conflitos da chegada das carciniculturas nas localidades, enfrentariam um processo ainda mais longos ou então sofressem uma descontinuidade da delimitação. Optando em priorizar algumas comunidades e a definição da unidade de conservação.

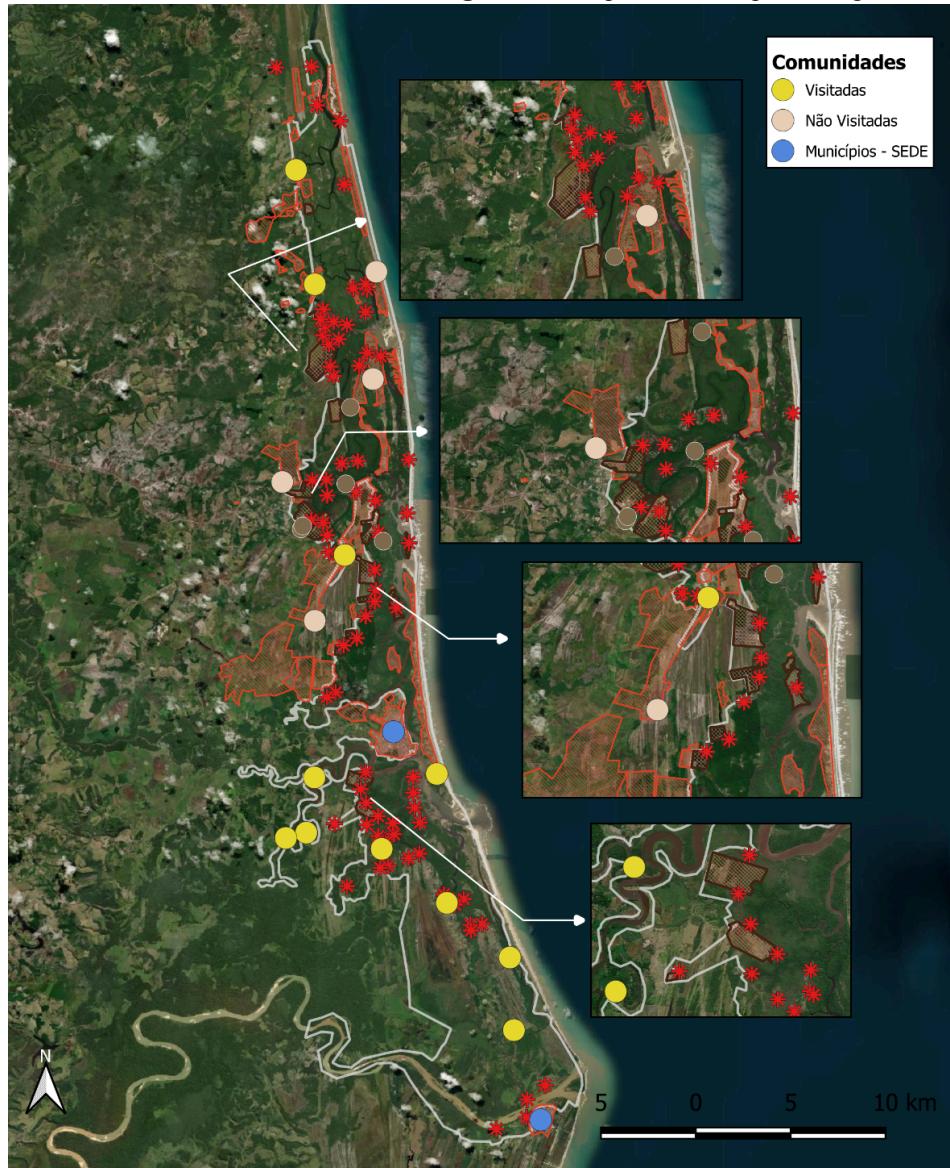
Porém, mesmo com todos os conflitos em torno da temática, foi através das insistentes reivindicações das comunidades extrativistas e de pesca que esses agentes seguiram no caminho oposto ao da lógica desenvolvimentista. Por meio das entrevistas e oficinas realizadas em campo compreendemos que o processo de implementação da unidade de conservação aumentou a proteção dos modos de vida da pesca tradicional e no habitat das espécies, ao ponto que as diferenças na paisagem de dentro e fora da Resex se tornarem visíveis.

Assim, como é retratado na fala do comunitário da pesca da Resex de Canavieiras (2025):

Hoje, as maiores dessas pessoas que não queriam que a Resex assumisse esse espaço de colocar esse território dentro da Resex, eles hoje viram a perda que eles tiveram. Por exemplo, quem está dentro da Resex está garantido. Esse é território de habitat de trabalho e de moradia. Quem está fora, infelizmente, está sofrendo, porque o Estado não dá suporte, o município não dá suporte, e a gente não tem como dar suporte em trabalhar em uma área que não jurisdição nossa.

Durante as atividades, de entrevista e saídas de campo, pudemos verificar que as comunidades do entorno da unidade de conservação têm perdido constantemente partes do seu território e ecossistemas, dessa forma diminuindo a quantidade de espécies locais. Em contrapartida, as localidades que se encontram dentro da reserva se percebem mais preservadas, assim firmando uma paisagem e um habitat mais conservados. Na figura 14, podemos notar que os pontos de conflitos e com tanques de carcinicultura, são as áreas que estão no entorno das zonas de pesca do guaiamum.

Figura 14 - Mapa da área de pesca do guaiamum e os viveiros de camarão e conflitos.

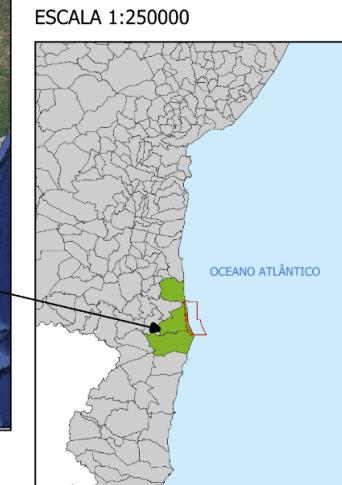


ÁREA DE PESCA DO GUIAMUM E VIVEIROS DE CAMARÃO E CONFLITOS

MUNICÍPIOS DE BELMONTE E CANAVIEIRAS (BAHIA, 2025).

LEGENDA:

CARCINICULTURA	● Empreendimentos
● ÁREAS DE DIVERGÊNCIAS	* Conflitos
■ ÁREAS DE PESCA DO GUIAMUM	□ ÁREA DE PESCA DO GUIAMUM
■ ESRI Satellite	■ Áreas Antropizadas



Fonte: ESRI Satellite; GeoTracker (2024,2025); Sapucaia, C. S. (2023); Souza, D. P. F. (2019).
Elaboração: Rocha, Evelyn C. (2025)

QGIS

Fonte - ESRI Satelite; GeoTracker (2024,2025); Sapucaia,C.S. (2023); Souza, D.P.F (2019).

A implementação de unidades de conservação, assim como a Resex de Canavieiras, é uma forma das comunidades locais exercerem o poder sobre as decisões do seu território, permitindo a continuidade das práticas tradicionais e das atividades produtivas, como à pesca e o manejo do território. Compreendendo que as relações conflituosas podem alterar a configuração territorial, a exemplo, temos a implementação da Resex (Coelho; Cunha; Monteiro, 2009).

“[...] a gente está lutando para que aumente o território da gente, a ampliação da Reserva Extrativista, a um pedido de ampliação da Resex, principalmente na área de Belmonte e de Una. Esses são os territórios de grandes conflitos, de grandes empreendimentos, e que os pescadores estão se mobilizando, através da Confrem, para se estender a extensão maior da Resex. Aí é outra briga que a gente vai ter que assumir, para que se garanta também o território dessa turma que está sendo impactada. Por exemplo, aqui em Canavieiras, o grande avanço do território do Guaiamum é em cima da carcinicultura e da pecuária. O café está chegando com força, o mamão, o eucalipto. Então, esses grandes impactadores do nosso território estão invadindo a nossa área. E hoje os pescadores que eram contra a criação da reserva nesses lugares, hoje eles vêm que eles fizeram bobagem. Eles hoje querem, só que hoje não é tão fácil nem se aumentar e nem se criar uma reserva extrativista. É muito difícil, mas a gente está lutando sempre. O governo não quer agir a problema, quer tirar. Mas como para a gente nada nunca foi fácil, a gente vai manter a luta de expandir e aumentar o território da reserva.” Comunitário da pesca da Resex de Canavieiras (2025)

Este relato demonstra como a discussão para a ampliação da Resex tem se tornado cada vez mais urgente. Essa medida pode se tornar uma estratégia que funcionará como uma forma de garantir os modos de vidas dos pescadores, proteger as características únicas e importantes do ecossistema que o guaiamum está presente, freando o processo de expropriação, da concentração de terras para grandes latifúndios, e da retirada dos bens naturais (Sousa, 2022) que geram grandes modificações do espaço, minimizando a supressão da vegetação nativa e dos conflitos territoriais.

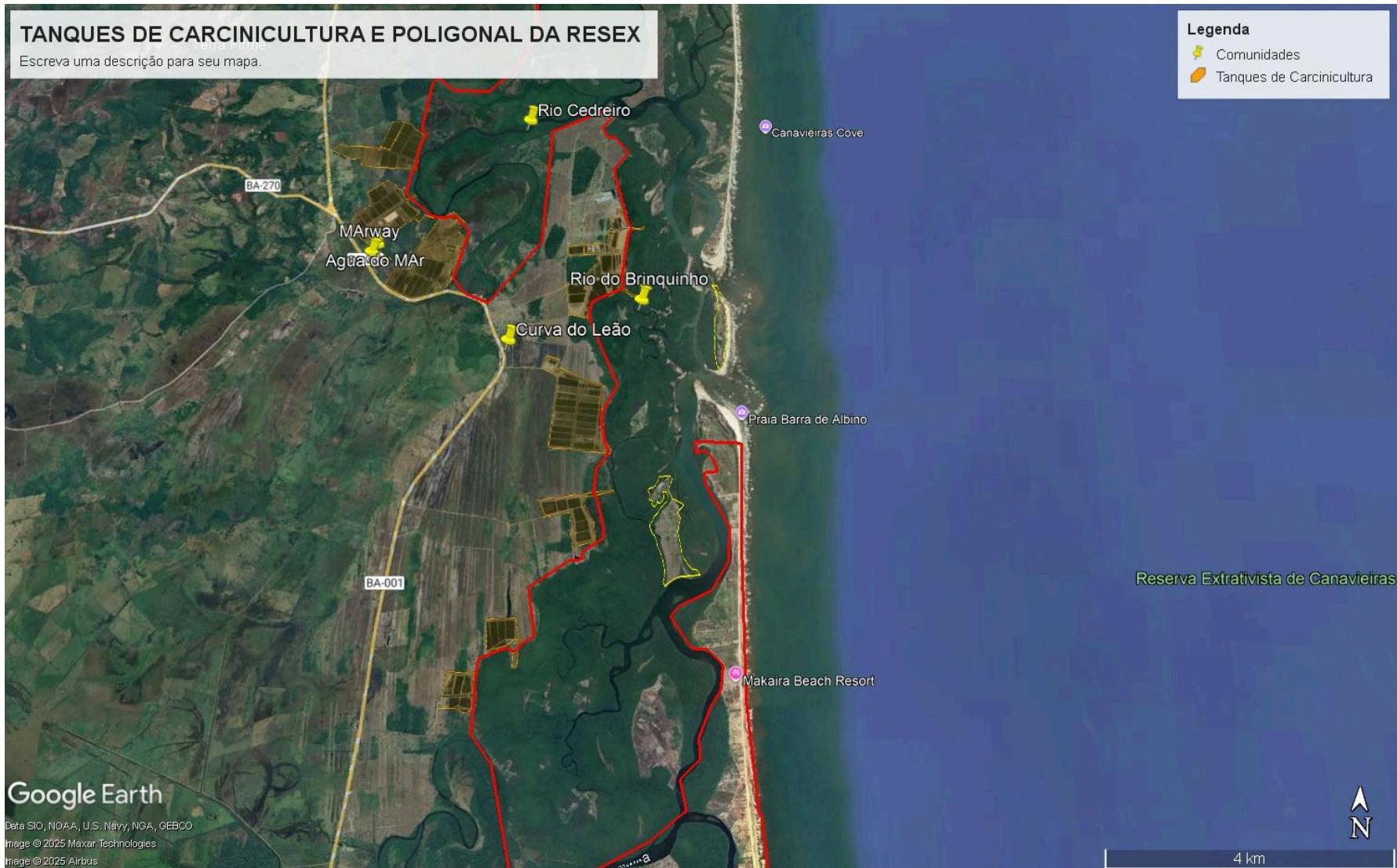
4.4.1. Comunidades de pesca e os conflitos que enfrentam.

Já compreendido o contexto dos conflitos e a implementação da Unidade de Conservação nas localidades, podemos direcionar o olhar aos impactos ambientais e sociais que as comunidades de pesca artesanal do guaiamum vêm enfrentando. Eles estão diretamente relacionados à perda de áreas do seu território, sendo muitas delas zonas de grande importância para o ciclo de vida da espécie de caranguejo azul, *Cardisoma guanhumi*. Com o crescente interesse especulativo e expansionista nesses espaços, em virtude do vislumbre dos potenciais existentes no território, em relação às belezas cênicas locais, as comunidades da

Resex de Canavieiras têm sido alvo do fomento de novas técnicas dos setores econômicos, especialmente do setor primário, conforme mencionado no tópico 4.3.1. A instalação de tanques de carciniculturas, o avanço do agronegócio, e a maior incidência da monocultura da plantação do cacau, das fazendas de coco, de criação de gado, e mais recentemente, do cultivo do café, mamão e eucalipto. são alguns exemplos de empreendimentos que têm alterado as características físicas e sociais da região.

Segundo as lideranças e comunitários que participaram das entrevistas, devido aos conflitos, alguns pescadores vem sofrendo intimidação e ameaças de morte por não permitirem o avanço da ocupação fundiária do território pesqueiro (Sousa, 2022). Esse avanço desordenado e sem diálogo constante com as comunidades locais gera não apenas o impacto no ambiente, mas também os ligados à vida do pescador, que acabam se tornando alvos de graves ataques.

Figura 15 - Tanques de carcinicultura localizados na delimitação da Resex de Canavieiras.



Fonte - Google Earth; Sapucaia,C.S. (2023); Souza, D.P.F (2019); Unidade de Conservação - ICMBio (2025).

Através de entrevistas estruturadas em formas de grupo focal e organizadas com o auxílio das lideranças locais, evidenciou-se que a atividade econômica que gera os maiores impactos e, consequentemente, mais conflitos envolvendo o uso do território, é a criação da espécie *Litopenaeus vannamei*, conhecida por camarão cinza. Outra denúncia feita pelos comunitários ao longo das reuniões diz respeito à aplicação proposital de químicos altamente concentrados, como o cloro, aplicado diretamente nas tocas dos guaiamuns, para eliminá-los. Esse tipo de agronegócio tem promovido a destruição da vegetação nativa, culminando na perda de áreas como os brejos, mata ciliares, apicuns e outros terrenos que são os habitat do guaiamum.

Os tanques de carcinicultura são estruturas imensas, ocupando áreas maiores que uma piscina olímpica. Eles funcionam com o uso direto das águas de áreas de estuários, sendo constantemente preenchidos e esvaziados para a limpeza. Até o momento de descarte da água é extremamente prejudicial para o ambiente, já que ela é tratada com químicos dentro dos tanques e logo em seguida evacuada sem nenhuma contramedida. A água é bombeada para dentro e fora dos tanques sem nenhum saneamento, e juntos acabam sendo despejados ovos, larvas, e todo tipo de matéria orgânica que acabam alterando o ecossistema e proliferando possíveis espécies invasoras (CONABIO, 2018). Segundo a CONABIO pela Resolução n 7º, de 29 de Maio de 2018 considera as espécies exóticas invasoras as principais causas diretas de perda de biodiversidade e extinção de espécies, juntamente com as mudanças climáticas, perda de habitat, sobreexploração e poluição. Todos esses fatores se acumulam ao longo das gerações e podem ter efeitos negativos sinérgicos, levando à impactos na saúde, na dinâmica dos ecossistemas e na vida cotidiana dos sujeitos que vivem nesses espaços.

Ainda assim, os impactos dessas estruturas não ficam restritos somente à retirada das vegetações e proliferação de espécies exóticas. Elas se estendem, inclusive, à utilização da água dos rios, além de causar o estrangulamento hídrico dos estádios, salinização dos solos e destruição das nascentes (Sousa, 2022) e (Atlas dos Manguezais do Brasil, 2018). Com uma menor permeabilização do solo e a diminuição da vazão dos rios, processos que necessitam da influência de água doce para a manutenção da biodiversidade, tem ocorrido a salinização do lençol freático. Sem uma proteção adequada do solo atrelado a uma interferência na movimentação natural das marés, os terrenos se encharcam com a água salgada (a cunha salina), que invade os lençóis freáticos (Águas do Brasil, 2013).

A partir de entrevistas com colaboradores do ICMBio, foi trazido que se tratando de termos legais, a instalação de muitas dessas fazendas foram realizadas sem o devido licenciamento dos órgãos estaduais e federais, funcionando de maneira irregular e por meio de decisões judiciais. A instalação de uma fazenda de grande porte que não segue os padrões exigidos por lei é extremamente prejudicial, pois ali não há um estudo que avalie a proporção do seu impacto na localidade e elabore medidas que mitiguem os danos e recuperem as áreas afetadas. Em uma escala local, foi compreendido por meio de entrevistas, que muitas das ocorrências das instalações estão sendo feitas em Espaços Territoriais Especialmente Protegidas - ETEP (Milaré, 2021), que é fundamentada pela Constituição Federal de 1988 do art. 225, nas áreas de unidade de conservação, regida pela lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000) e as áreas de preservação permanentes (APPs) art. 4º do Código Florestal, lei nº 12.651/2012 (Brasil, 2012). A exemplo, no território é possível ver na figura 14 e 15 ocupações nas áreas da Resex e as margens de rios, nascentes e manguezais.

Não é raro, também, que aqueles empreendimentos que seguiram todos os trâmites legais desconsiderem os impactos atrelados aos habitats de espécies nativas, questão grave especialmente no caso do guaiamum que está ameaçado de extinção, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Portaria MMA nº 445/2014). O processo de licenciamento de uma monocultura de camarão deveria ser um processo mais enrijecido e detalhá-lo, através de técnicas preocupadas com estudo de impacto ambiental e fiscalização mais efetivas nos locais, sendo um caminho possível para mapear com maior precisão os possíveis riscos atrelados à monocultura do camarão.

4.4.2 Gestão do conhecimento

Em contraste com os conflitos no território de pesca de guaiamum, diversas vezes ao longo das entrevistas, surgiu a exigência dos comunitários de um aumento da autonomia no que diz respeito ao manejo do território. Sendo a unidade de conservação uma área gerida pelo ICMBio, a comunidade demanda por uma gestão compartilhada do território, garantindo maior participação nas decisões que concernem o território da Resex e os seus ocupantes. Este plano de gestão compartilhada admite os atores comunitários que vivem nessas localidades como os maiores pilares de autogerenciamento da vida da reserva, visto que são esses agentes que experienciam o cotidiano do lugar, são eles que fundam e sentem as relações socioambientais locais. São esses sujeitos que detém todo o saber das dinâmicas específicas

existentes na região que pertencem, mesmo que este conhecimento não seja formal ou documentado nos padrões científicos.

Evidenciado na fala de uma liderança local (2025):

Então, hoje a gente tem essa questão da **gestão compartilhada**, e a gente entende que tem questões que são importantes de serem feitas com o apoio do **ICMBio**, mas por beneficiar a unidade, tipo o monitoramento do animal. Porque **quem conhece do animal** não é o cara que está de um lado e longe, que pesquisa, que é biólogo, há 20 anos, mas é a **pessoa que, na prática, conhece a realidade do animal, onde é que ele vive, quem são as pessoas que trabalham com isso**. [grifos nossos]

A ação da luta pela retomada da pesca do guaiamum que culminou na realização do PGL é um ótimo exemplo para entendermos a importância da autonomia e autogestão do território. O movimento político dos comunitários da Resex para estabelecer o Território Goiamunzeiro pode ser usado como referência no que tange às ações de manejo do território e de luta pela garantia do direito ao uso na pesca, cultura e vivência, visto que a medida atravessa diretamente questões que só podem ser mensurados por aqueles que vivem no local.

Para entendermos um pouco quando tudo se iniciou, é importante compreendermos o que os levou à luta. No período de 2015, houve a entrada da portaria do Ministério Público do Meio Ambiente, nº 445, em que foram listados uma variedade de espécies de peixes e invertebrados aquáticos, de acordo com o art. 1º. A lista consta um pouco mais de 400 espécies, incluindo o Guaiamum. Segundo o art. 2º do documento, as espécies são classificadas de acordo com o grau de vulnerabilidade, sendo categorizados entre, Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU). A portaria determina diretrizes nos procedimentos de proteção, captura, transporte, armazenamento, e comercialização, variando de acordo com o grau de vulnerabilidade que a espécie está sujeita (Brasil, 2014).

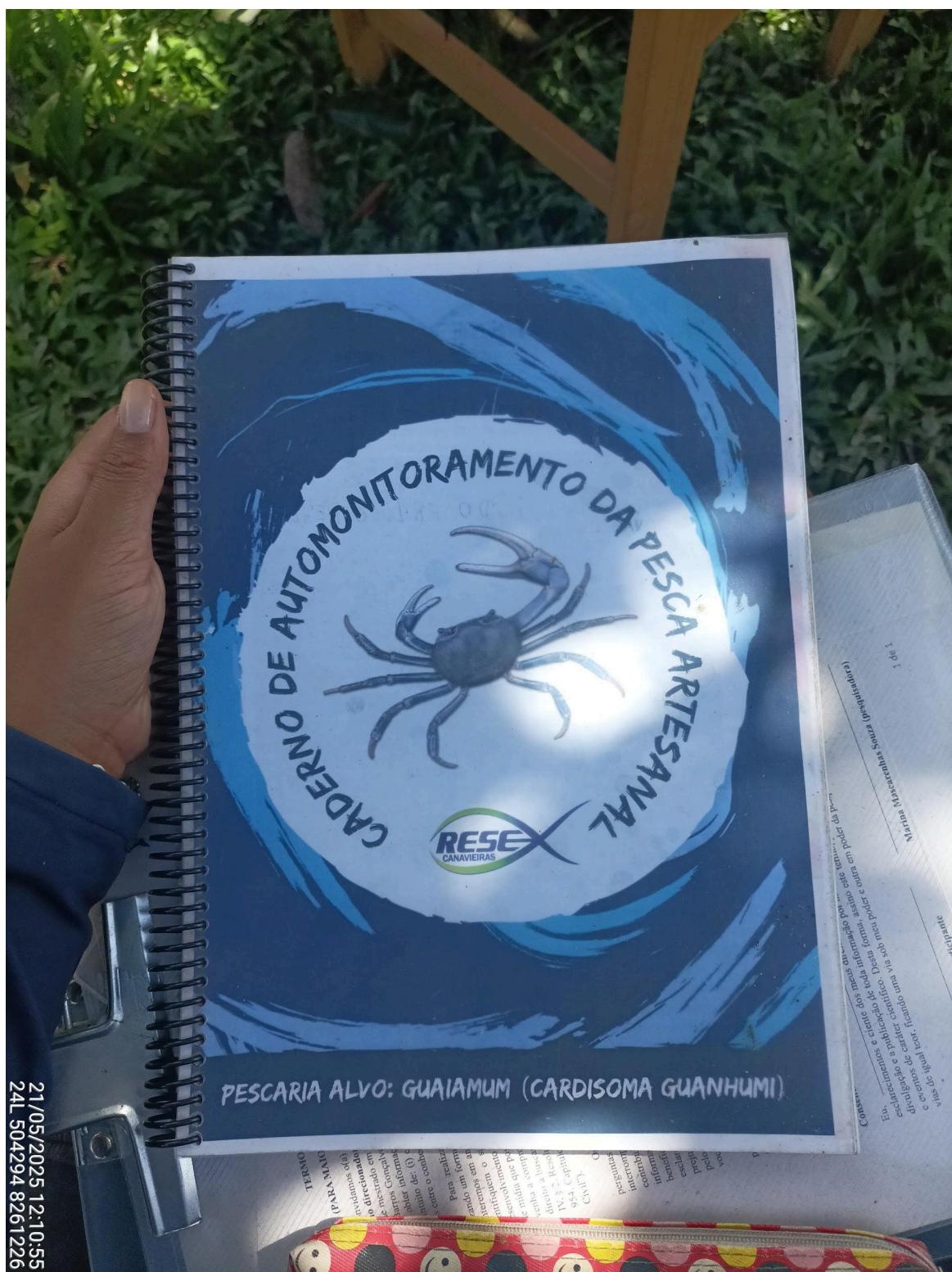
Em reuniões e entrevistas os comunitários da Resex de Canavieiras admitiram que se sentem diretamente prejudicados pelas novas proibições de pesca do Guaiamum. Lembremos que a maioria das famílias de pescadores tradicionais encontram no exercício da atividade sua principal fonte de sustento, seja na sua própria alimentação, ou na revenda como atividade primária. Para poderem reverter essa proibição, as lideranças comunitárias se aliaram entre si e com as comunidades de pesca para irem contra a portaria, a fim de garantirem seus direitos de pesca no território. Tendo em vista que as medidas de proteção surgem com a diminuição

da presença do guaiamum, e que essa diminuição está diretamente associada ao desmatamento e à ocupação irregular do território, torna-se no mínimo contraditório os comunitários sofrerem os maiores prejuízos econômicos e sociais, já que, conforme vimos, não são suas práticas que levam a tal situação.

Foi em 2016, apenas um ano depois da publicação portaria nº 445, que os comunitários se organizaram e fundaram a Associação dos Goiamunzeiros e Goiamunzeiras de Canavieiras (AGGC), assim dando início a elaboração do PGL (Portaria nº 1.076, de 13 de Novembro de 2020) (Brasil, 2020), ferramenta que irá garantir o direito a pesca, trabalho e fontes de alimentação. Uma vez concluída, as comunidades da Resex de Canavieira serão as primeiras a terem a permissão de fazer o armazenamento, transporte e venda do Guaiamum sem grandes restrições. Para a execução efetiva do planejamento, foram traçados alguns procedimentos, como a elaboração de uma carteirinha de comprovação da liberação da pesca e venda do crustáceo. Além disso, delimitaram entre eles o tamanho mínimo que o guaiamum deve alcançar para ter sua pesca autorizada, sendo permitido a partir de 7 cm de comprimento.

Outra metodologia importante foi a confecção de um documento em forma de caderno informativo (figura 16), composto de todas as informações e especificações sobre a pesca do guaiamum, preenchidos pelos próprios pescadores, que acabam sendo responsáveis pelo controle da pesca e produção. Contudo, ainda que a PGL se mostre uma iniciativa importante e inovadora para preservação dos ecossistemas locais, ela ainda conta com algumas limitações, como a falta de fiscalização efetiva, sem mencionar a ausência de sanções duras para aqueles que não são registrados e não respeitam a pesca, prevenindo a reincidência.

Figura 16 - Caderno de automonitoramento da pesca artesanal.



Fonte - Acervo da autora.

21/05/2025 12:10:55
241 504294 8261226

4.5. A PLATAFORMA E SUAS POSSIBILIDADES

A plataforma de territórios tradicionais (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019) é uma ferramenta digital federal que foi criada com intuito de dar visibilidade às variadas comunidades tradicionais existentes no Brasil (Figura 17). Ela surge como um aparato político-jurídico, a fim de relatar informações dos múltiplos conhecimentos, voltados ao território, cultura, saberes, histórias, reivindicações e denúncias. Com isso, suas medidas promovem uma articulação entre comunidades do mesmo segmento, aproximando possíveis formulações de políticas públicas que fortaleçam os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Os registros permitem que os PCTs sejam reconhecidos e reivindiquem direitos perante órgãos públicos, facilitando a atuação do Estado na promoção do acesso a serviços básicos e na proteção dos territórios tradicionais. (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019)

Figura 17 - Layout da plataforma.



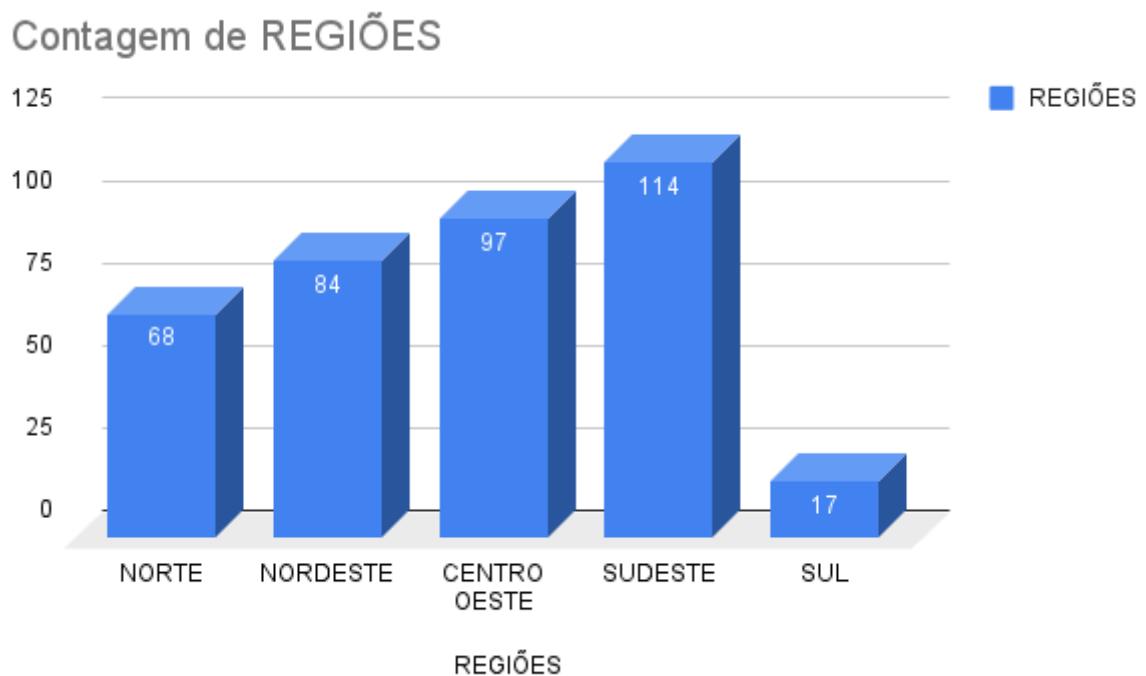
Fonte - Plataforma de Territórios Tradicionais.

Ao entendermos que o autoconhecimento e autogestão auxilia na legitimação dos direitos da comunidade, compreendemos que a plataforma permite sistematizar as informações e dados das atividades desenvolvidas, sejam elas agricultura familiar, pesca, extrativismo, outros tipos de produção elaboradas pelas comunidades, ou até mesmo atividades culturais e artísticas. A inscrição na plataforma é importante na medida em que ela atua como uma ferramenta para

dar visibilidade aos principais problemas e conflitos enfrentados, como acesso ou falta de serviços básicos (energia, educação, saneamento, água potável etc), nela, as comunidades podem apresentar e publicizar suas principais demandas e necessidades, assegurando a oportunidade de troca de experiências e informações com outras associações e instituições formais (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019).

Não houve sucesso na tentativa de realizar algumas pesquisas na procura por fontes bibliográficas que constassem informações sobre cadastros de comunidades, quantidade e a predominância dos segmentos na plataforma. A fim de compreender mais sobre os territórios cadastrados, realizamos um breve levantamento sobre os territórios. Constatamos que a plataforma tem registrado 380 diferentes segmentos, localizados no território brasileiro. Em uma escala mais ampla, a região com maior incidência é o Sudeste (figura 18), seguindo por Centro Oeste e em terceiro lugar o Nordeste.

Figura 18 - Contagem dos registros por Região.

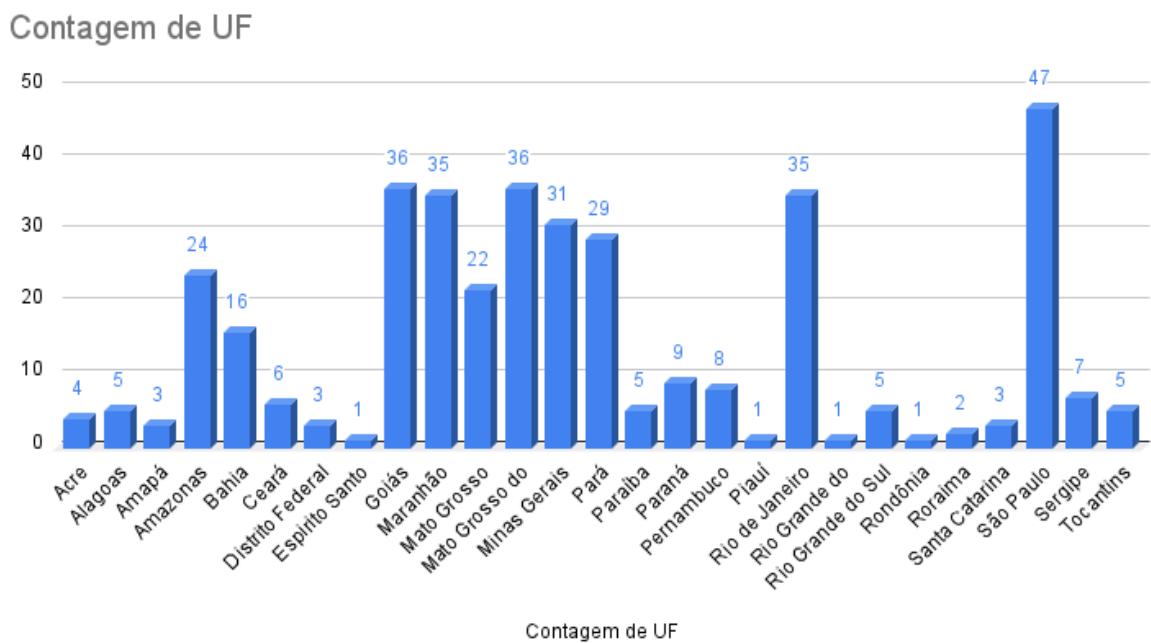


Fonte - Plataforma de Territórios Tradicionais; Elaboração da autora.

A quantidade expressiva da região Sudeste é justificada pela abundância de registros do estado de São Paulo com 47 relatos (figura 19) e Rio de Janeiro. Voltando o olhar para Bahia, estado que abrange o território de enfoque do trabalho de conclusão, conta com um total de 16

cadastrados, uma quantidade pouco expressiva, a localidade mais próxima, do território de pesca do guaiamum, que possui registro na plataforma é o município de Ilhéus, com a comunidade de povos indígenas Tupinambá de Olivença. Com relação aos povos mais atuantes, identificamos as comunidades quilombolas com mais registros na ferramenta digital. Mesmo com uma vasta diversidade de tipos de territórios, ainda não consta na base de dados da plataforma um Território Goiamunzeiro.

Figura 19 - Contagem dos registros pela Unidade Federativa (Estados).



Fonte - Plataforma de Territórios Tradicionais; Elaboração da autora..

A plataforma (Plataforma de Territórios Tradicionais, 2019) tem o poder de contribuir no cruzamento de dados que são cadastrados com bases em dados oficiais fornecidos por órgãos públicos e por outros grupos localizados em outras Unidades de Conservação (UC). Ela é utilizada, principalmente, para a análises situacionais dos territórios tradicionais, garantindo intervenções que atendam as necessidades prioritárias das comunidades. Como exemplo o reconhecimento de grupos e segmentos que ainda não são reconhecidos oficialmente pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), situação pela qual a comunidade de pesca do Guaiamum tem enfrentado.

Segundo o Decreto nº 8.750 de 2016 (Brasil, 2016), a CNPCT é um órgão colegiado e tem o caráter consultivo, na qual tem como competência a promoção do desenvolvimento

sustentável, o reconhecimento, garantia e fortalecimento aos direitos das comunidades tradicionais, incluindo o uso do território, costumes, saberes e organizações sociais e institucionais. Além, do órgão, trabalhar para que as comunidades participem de discussões dos dispositivos de implementação e regulamentação de normas ligadas aos seus direitos.

4.5.1 Processo do Cadastramento, qual sua contradição?

Mesmo a Plataforma de Território Tradicionais, tendo surgido no ano de 2018 por meio da parceria entre o MPF e o CNPCT, ainda não existiam cadastros de nenhum território goiamunzeiro. Uma vez concluída, a comunidade de pesca de guaiamum da Resex de Canavieiras será a primeira a se encaixar nesse segmento. Entendendo a importância e as possibilidades futuras que a plataforma pode proporcionar, podemos atrelar as suas potencialidades às comunidades de pesca do guaiamum.

Após cuidadosa avaliação dos possíveis cenários que existiriam caso a implementação fosse completa, o grupo decidiu por dar prosseguimento ao processo. Os comunitários determinaram que a tarefa seria a de conversar e expor, não só ao vice-presidente da associação, mas também para os associados sobre a possibilidade de fazer o cadastramento do território de pesca do guaiamum. Já no primeiro momento de reuniões, em que realizamos uma apresentação sobre as potencialidades do cadastramento na plataforma, o desconforto de muitos dos pescadores que se fizeram presentes na reunião era evidente. O principal ponto de inquietação estava relacionado ao caráter sensível de algumas informações que deveriam ser disponibilizadas, como os dados do cadastrante, a localização das comunidades, e os locais de pesca do guaiamum. Em meio às reuniões ficou perceptível que essa é uma preocupação que rodeia muitos comunitários, não só da RESEX de Canavieiras.

Acontece que este foi apenas um dos vários questionamentos que foram surgindo ao longo dos encontros, mas todos eles estavam preocupados com a contradição acerca das decisões que o grupo deveria tomar frente às dualidades dos conflitos que enfrentavam. Pairava uma incerteza entre os comunitários sobre o aumento da visibilidade dos conteúdos das atividades da comunidade de pesca e os possíveis impactos que atenção traria, de fato, benefícios para o grupo. Constantemente se perguntavam sobre quais possíveis saídas para um maior proteção das comunidades e dos seus dados.

Cientes das contradições envolvendo a visibilidade do território de pesca do guaiamum, o grupo optou por realizar o cadastro, porém com ressalvas, utilizando alguns dos mecanismos disponíveis na plataforma que permitem manter privadas algumas informações privadas que seriam publicados. Segundo o Regimento da plataforma (MPF, 2019) o sigilo das informações é justificado pela necessidade de garantir e manter a segurança das comunidades e lideranças, que tem o interesse de realizar o cadastramento. As informações inseridas são mantidas guardadas pelo MPF, que estabelece uma rigorosa estrutura na segurança de informações e para os dados sensíveis, de acordo com a lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (MPF, 2024). Sobre a questão da publicização dos pontos e áreas de pesca, a comunidade decidiu por não indicar diretamente esses locais na elaboração dos mapas. Sendo assim, não foram marcados pontos exatos, mas sim uma delimitação geral da área de pesca, que, inclusive, abarca locais que estão enfrentando conflitos de ocupação de território.

Em seguida, dada a resposta positiva para ação, foi realizado um plano de trabalho em que foram organizadas algumas etapas a serem cumpridas durante o processo. O plano de trabalho ficou organizado em dois momentos: O primeiro deles foi o levantamento bibliográfico, período que coletamos artigos e teses (Sapucaia, 2024; Souza, 2019) com informações existente sobre a temática da pesca do guaiamum, além da história da Resex, e informações sobre quais territórios da reserva realizam a pesca, e quais os ecossistemas em que a espécie pode ser encontrada. Essa etapa foi realizada majoritariamente de forma remota na biblioteca da AMEX, e no repositório da UFBA. Já o segundo momento foi direcionado para a realização de um ações, na qual foi primordial a prática de atividades de campo que tiveram como objetivo a realização de entrevistas semiestruturadas conversas (Minayo, 2002) com os principais pescadores dos municípios de Belmonte, Canavieiras e Una. Em encontros com os colaboradores do ICMBio e da AMEX, identificamos os ecossistemas que são encontrados o caranguejo azul, observamos as formas de pescas e os materiais que são utilizados, e a definimos a poligonal que compõe a área que é destinada para o uso da atividade de pesca.

É importante destacar que, antes de se iniciar qualquer etapa do processo de cadastro, o grupo verificou, junto à integrantes das comunidades, os vídeos interativos e tutoriais, além dos manuais (figura 20) que explicam, de forma simplificada, o que é necessário para poder dar prosseguimento ao processo de cadastramento, além de conter algumas informações importantes a serem levadas em consideração. O objetivo deste movimento foi o de deixar o processo acessível e transparente para diferentes grupos e classes sociais que compõem a

Resex, permitindo que esses agentes tivessem ao menos um ponto de partida em comum para a tomada de decisões que influenciam a todos.

Figura 20 - Exemplos dos Manuais disponíveis na plataforma.



Fonte - Plataforma de Territórios Tradicionais.

Seguindo as informações que constam no site, primeiramente é importante que todos os dados relacionados à comunidade estejam muito bem organizados e disponíveis (figura 21). Todas as decisões relacionadas à Resex de Canavieiras foram tomadas em reunião, contando com a presença das principais lideranças e interessados. Essas reuniões contam com atas e listas de presença que confirmam a aprovação dos comunitários para o início do processo. Com reuniões concluídas e decisões previamente aprovadas, o grupo decidiu por delegar a uma ou mais pessoas a responsabilidade de serem os cadastrantes formais, encarregados de inserir os dados exigidos pela plataforma. As informações necessárias são assim listados, na figura 21:

Figura 21 - Dados solicitados na plataforma para realização do cadastramento.

TERRITÓRIO TRADICIONAL/COMUNIDADES	
	CADASTRAR
Dados	Nome, área estimada, quantidade de famílias, endereço, descrição de acesso, zona de localização, segmento e autoidentificação da comunidade
Atividades desenvolvidas no território	Agricultura familiar, pesca, extrativismo, reflorestamento, aquicultura, entre outros
Produção da comunidade	Artesanato e culinária
Atividades artísticas e culturais da comunidade	-
Formas de organização social da comunidade	-
Acesso a serviços básicos	Educação, energia, água potável, saneamento, limpeza e coleta de lixo
Problemas e conflitos enfrentados	-
Necessidades e demandas	-
Delimitação da área do território	Shapefile, polígono, coordenada ou ponto
Descrição da história da comunidade	Depoimentos das principais lideranças locais, documentos
Mídias e ícones	Ícone, fotos e vídeos da comunidade.
CONTATO DA COMUNIDADE	
Dados do cadastrante	Nome completo, endereço, telefone e email.

Fonte - Informações da Plataforma de Territórios Tradicionais (elaborado pela autora).

Assim, já com as informações representadas na figura 21 devidamente separadas, foi o momento de organizá-las e catalogá-las para serem apresentadas em reunião, junto a tudo que foi elaborado até o momento. A assembleia, que ocorreu na sede da AMEX, foi realizada no dia 05 de Junho, uma data muito importante, que marcou o 19º aniversário da criação da RESEX de Canavieiras (figura 22 e 23). O evento juntou às 16 lideranças comunitárias de toda RESEX para reavivar a trajetória de luta e fortalecimento comunitário dos pescadores e

pescadoras extrativistas, pelo seu direito de uso do território. Houve, também, um momento de explanação dos novos projetos, como a reformulação da logo da associação mãe e a importância de se utilizar das redes sociais para uma efetiva consolidação das informações sobre os trabalhos comunitários. A explicação dos projetos envolvendo o guaiamum, incluindo o trabalho do cadastramento do território de pesca, aconteceu neste momento, através da apresentação e construção dos mapas e conteúdos (figura 22 e 23).

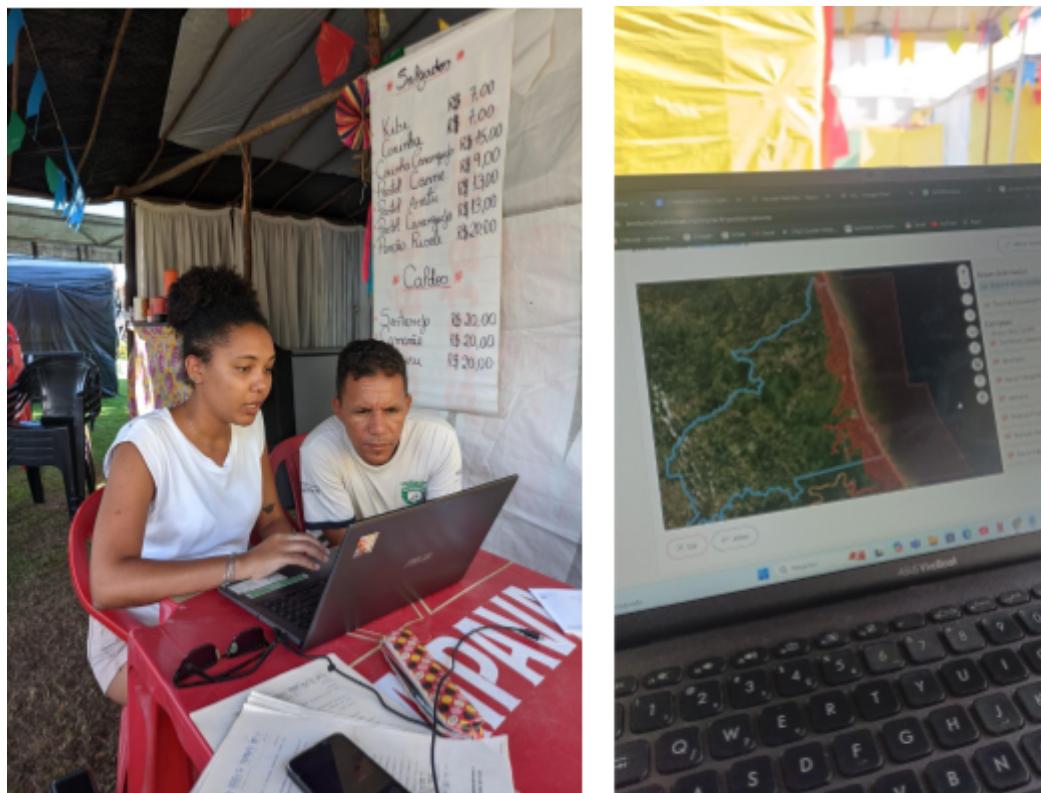
Figura 22 e 23 - Assembleia com as 16 lideranças comunitárias, apresentação do conteúdo para Cadastramento e elaboração de ata.



Fonte - Acervo da Autora.

Com as informações já bem catalogadas e organizadas, no dia seguinte à assembleia, 06 de Junho de 2025, realizamos a tarefa mais esperada, o cadastramento, junto ao vice-presidente da associação AGGC (figura 24 e 25). Nesta etapa fizemos o registro de todos os dados necessários para compor o processo. Alguns obstáculos encontrados giram em torno de questões de infraestrutura, como a falta de acesso a internet de qualidade ou a situação delicada das acomodações em que realizamos o trabalho, até a escassez de tempo e recursos em detrimento do retorno para Salvador e das atividades do cotidiano dos comunitários. Apesar dos percalços, a ação de cadastramento foi realizada, e, com as informações todas salvas e devidamente enviadas para a plataforma, encaminhamos para o processo de análise todos os dados que foram inseridos, para que, assim, os dados fossem cruzados tivessem sua veracidade comprovada.

Figura 24 e 25 - Realização de Cadastramento da Comunidade Guaimumzeira na Plataforma de Territórios Tradicionais.



Fonte - Acervo da autora.

A realização da ação do cadastramento na Plataforma de Territórios Tradicionais, representa uma possibilidade para o autoconhecimento das comunidades e um auxílio para a legitimação dos direitos do território de pesca do guaiamum. Com a realização do processo, ficou evidente que a ação do cadastro pode ser um importante meio de dar visibilidade e valorização das atividades que são desenvolvidas, como a arte da pesca do guaiamum, os saberes culturais e a história da comunidade. Fortalecendo também, articulações entre comunidades do mesmo segmento com a troca de experiências entre demandas semelhantes. Através da ação, as comunidades têm a oportunidade de reconhecer seu território como um local não apenas físico, mas que carrega valiosos conhecimentos e de luta para a conservação do território, dos seus modos de vida, assim assegurando a continuidade das práticas culturais e ancestrais ligadas à pesca do guaiamum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento para o cadastramento de fato se encerrou, mas, ainda assim, não é possível tratarmos de uma conclusão, uma vez que os processos analíticos do procedimento de cadastramento continuam em andamento até a data de conclusão deste trabalho. Ainda que não tenhamos uma resposta concreta dos verdadeiros efeitos da ação, é possível vislumbrarmos uma leitura dos efeitos da ação e luta pelo cadastramento.

Ao longo do trabalho foram tratadas diversos pontos que giravam em torno da ação de cadastramento do território de pesca do guaiamum na plataforma de territórios tradicionais, em especial, a elaboração do relato das comunidades e os dados exigidos para o processo. Foi constatado, por meio das entrevistas e reuniões, que a iniciativa do cadastramento representa um passo primordial para o fortalecimento das lutas dos pescadores de guaiamum, no que tange o reconhecimento e conservação dos modos de vida tradicionais. Uma vez concluído o processo, esse grupo será o primeiro em todo o Brasil a ser registrado como Território Goiamunzeiro.

A proposta desta categoria de Território Goiamunzeiro será inaugurada pelos pescadores de guaiamum da Resex de Canavieiras, sendo assim uma medida de reconhecimento dessa atividade de pesca. Essa ferramenta é importante na medida que afirma e legitima os conhecimentos tradicionais e práticas da pesca artesanal da espécie, reconhecendo seus direitos de continuidade das atividades produtivas, além de evidenciar as demandas e conflitos existentes na comunidade.

A ação de cadastramento mostra que o reconhecimento do Território Goiamunzeiro na plataforma, não é um simples aparato legal de registro e uma simples ferramenta de visibilidades, ao contrário ela poderá ser usada como modelo para outras comunidades de pesca do guaiamum, que buscam reconhecimento de sua identidade, garantia a proteção de seus modos de vidas e do território.

Com relação a como a construção da documentação exigida contribui no autoconhecimento da comunidade sobre seu território, foi compreendido, por meio de entrevista e grupo focal, que no processo de sistematizar as informações a história e conhecimentos dos pescadores sobre o território, representou uma importante técnica de reflexão e valorização das práticas,

saberes e identidades locais. A elaboração dos registros necessários para o cadastramento na plataforma de territórios tradicionais exigiu um esforço coletivo de organizar e estruturar as informações (Minayo, 2002) que, até então, muitas vezes era transmitido de forma oral.

Através dos grupos focais (Trand, 2009) e saídas de campo ficou evidente que o movimento de organização das informações sobre o território, as práticas de pesca, os ecossistemas e os desafios enfrentados permitiram que as comunidades reconhecessem com mais profundidade suas relações com o espaço. Mais do que cumprir uma exigência técnica, a documentação tornou-se um instrumento de fortalecimento interno, gerando maior consciência sobre os limites, potencialidades e ameaças que circundam o território tradicional. Assim fomentando o autoconhecimento como um elemento para a organização política na defesa dos direitos das comunidades e a continuidade dos seus modos de vida.

As motivações e consequências da não inclusão de comunidades que compõem a associação da pesca do goiamum na delimitação da Resex de Canavieiras surgiram em meio às entrevistas com as lideranças. Sendo assim, foi compreendido que devido receio das lideranças comunitárias de enfrentarem um processo ainda mais longo ou ainda que o procedimento fosse descontinuado, visto que essas comunidades deixadas de fora são palco de conflitos envolvendo a carcinicultura. Isso significa que o grupo optou por priorizar algumas comunidades a fim de assegurar a definição da Unidade de Conservação.

A partir dessa delicada decisão, se gerou alguns impactos significativos, que ficaram evidentes em meio às entrevistas com pescadores de diferentes comunidades e nas saídas de campo. Compreendendo assim que as consequências são voltadas para a perda de habitats do guaiamum, devido a transformação da paisagem com o avanço das instalações dos tanques de carcinicultura. Com essa modificação do espaço, essas comunidades enfrentam dificuldades crescentes para manter seus modos de vida ligados à prática de pesca, comprometendo o sustento desses pescadores. Dessa forma, a não inclusão dessas comunidades revela a urgência de ampliação da delimitação das áreas da Resex e de fortalecer instrumentos como a Plataforma de Territórios Tradicionais, que tem como objetivo a visibilidade e valorização dos modos de vida tradicionais.

Entendendo a importância, da concretização da Resex de Canavieiras, pudemos traçar um paralelo entre a atuação de instituições formais como ICMBio, a formulação do PGL, e o cadastramento na plataforma de territórios tradicionais, podem contribuir para um

fortalecimento das comunidades tradicionais, sobretudo da AGGC. Conforme essas instituições e grupos fornecem apoio às comunidades, elas passam a possuir legitimidade e respaldo institucional nas suas tomadas de decisões e reivindicações de direitos. É possível entendermos, portanto, que um autogerenciamento efetivo e consolidado não se trata de isolar as comunidades das exigências do Estado, mas é, ao contrário, sobre a tomada dos aparatos técnicos e científicos em favor da conservação dos estilos de vida e gestão dos ecossistemas. Esse processo atravessa, inclusive, a questão da legitimidade dos saberes comunitários que, apesar de não científicos, também gozam de prestígio, efetividade e fluidez para lidar com as particularidades do território.

As inquietações de alguns pescadores da AGGC, principalmente as referentes às possíveis implicações futuras que poderiam ser geradas com o aumento da visibilidade promovida pela plataforma de território tradicional merecem maior atenção. Várias falas e comentários ao longo das reuniões evidenciaram a preocupação dos comunitários com a exposição de informações sensíveis sobre a região. Para ser realizado o cadastro, a plataforma solicita dados relacionados às comunidades, como a localização das áreas, conflitos existentes, a história, documentos de ata com os participantes, dados pessoais da pessoa que irá cadastrar, entre outras informações já levantadas pela Figura 19. Acontece que publicizar alguns desses dados poderia levar a impactos diretos nos modos de existência e na vida particular desses sujeitos, que ficariam mais vulneráveis em algumas situações de conflito, como é o caso da carcinicultura. Contudo, mesmo cientes dos riscos envolvendo o processo, o grupo optou por prosseguir com o cadastramento, com algumas ressalvas. A fim de mitigar os danos previstos decidiram não serem incluídos os pontos das comunidades e de pesca do guaiamum na delimitação do território. Optaram, ao contrário, por uma poligonal que incluía apenas uma área de pesca aproximada utilizada pelos pescadores. Já sobre os dados da associação e os nomes dos comunitários, o grupo decidiu mantê-los privados, uma vez que a plataforma oferece essa possibilidade para uma maior segurança.

Vemos, portanto, que mesmo reconhecendo todas as limitações e problemáticas que envolvem a inclusão de uma comunidade tradicional na Plataforma de Territórios Tradicionais, o grupo se articulou internamente e decidiu em conjunto os melhores caminhos para o seu futuro, sempre levando em consideração a segurança e integridade de seus integrantes, junto a manutenção consciente do seu território e ecossistema. Em outras palavras, uma vez

fornecidas todas as bases e recursos técnicos, científicos e financeiros, o grupo demonstrou alta capacidade de autogestão de tomada de decisão assertiva e democrática.

O projeto foi muito mais que uma simples conclusão de formação, ele se revelou como uma verdadeira oportunidade de aprendizado, não só para uma vida acadêmica, mas também sobre trocas. Saímos deste trabalho, com outras perspectivas, assim como uma nova percepção da relação com espaço, entendendo que o ambiente tem seu próprio tempo de regeneração e modificação, a exemplo dos períodos que ocorrem a andada do guaiamum. A ação de cadastramento nos demonstra, portanto, que os caminhos para uma preservação efetiva e consciente do ambiente natural atravessam o respeito e a horizontalidade com saberes de outras naturezas que não a científica. O discurso de progresso e desenvolvimento desmedido foi o que nos colocou na situação grave de mudanças climáticas e alterações no ecossistema. Os comunitários da Resex de Canavieiras, apesar de intrinsecamente diferentes e contraditórios, foram capazes de deixar de lado suas diferenças em favor dos interesses do grupo. Neste sentido, para as comunidades tradicionais o valor da biodiversidade está muito além do atribuído economicamente, mas sim na valorização das práticas que conservem os seus modos de vida, e é exatamente isso que a ação de cadastramento revela, o poder de transformação que surge da união e da tradição.

Discutir os efeitos do cadastramento das comunidades de pesca do guaiamum na Plataforma de Territórios Tradicionais revela não apenas uma estratégia para utilização de uma ferramenta legal de visibilidade, mas um poderoso instrumento de afirmação da identidade territorial, valorização dos saberes ancestrais, culturais para o fortalecimento da luta pelos direitos territoriais das comunidades pesqueiras de guaiamum.

6. REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Miguel da Costa; RÊGO, Jussara Cristina Vasconcelos; MORAES, Rendel Porto. Mapeamento Biorregional como elemento orientador para a gestão de comunidades tradicionais. **UrbBA: CIDADE, URBANISMO E URBANIDADE** - construindo conceitos e práticas, [s. l.], ano 2014, v. 14, p. 1-9, 5 nov. 2014.

ACCIOLY, Miguel da Costa; SANTANA, Joselita da Silva. Mapeamento Biorregional Participativo em Comunidades Costeiras Tradicionais: ACCS. Bahia, ano 14, p. 1, 7 jul. 2014. Disponível em: <<https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/poster-n099-mapeamento-biorregional-participativo-em-comunidades-costeiras-tradicionais-accs-joselita-2014.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ACCIOLY, M. C.; Vieira, F. P. ; Rêgo, J. C. V. ; Santos, T. L. ; COSTA, J. C.; Santos, K. R. dos; Santos, J. da C.; Oliveira, S. V. de J.; Rocha, E. C. ; Souza, I. B. ; Braz, J.M.L.; Barros, L.A. de . Manchas de sofrimento: enfrentamentos das comunidades pesqueiras ao derramamento de petróleo de 2019. 1. ed. Salvador: UFBA, 2022. v. 1. 58p. <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39155>>

AFONSO, Soraia Monteiro et al. Espaços de esperança? o papel político do Estado brasileiro sobre a reserva extrativista de Canavieiras e os conflitos territoriais e ambientais em seu entorno. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36352/1/Tese_de_doutorado_em_Geografia_UFBA_Soraia_Monteiro_AFonso_2022.pdf>

ÁGUAS DO BRASIL. Intrusão Marinha. Artigos, Brasil, ano 2013, p. 1-4, 15 jan. 2013. Disponível em: <<https://aguasdobrasil.org/artigo/intrusao-marinha/>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ATLAS DOS MANGUEZAIS DO BRASIL. MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. 179 p. ISBN 978-85-61842-75-8. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/17L00001.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

Baldissera, A. (2012). PESQUISA-AÇÃO: UMA METODOLOGIA DO “CONHECER” E DO “AGIR” COLETIVO. *Sociedade Em Debate*, 7(2), 5-25. Revista UCPEL. Recuperado de <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>> Acesso em: 9 jun. 2025.

BERNARDES, Júlia Adão. Expansão da agricultura moderna no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica (pg. 47-59). In: DA SILVA, Maria Auxiliadora e JUNIOR, Rubens de Toledo (orgs.). O Encontro com o Pensamento de Milton Santos - O homem e sua obra. Salvador: EDUFBA, 2009.

BERNARDES, Júlia Adão. Expansão da agricultura moderna no cerrado brasileira: Pistas para uma análise teórica. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; JUNIOR, Rubens de Toledo (orgs). Encontro com o Pensamento de Milton Santos: O homem e sua obra. 2. ed. Bahia:

EDUFBA, 2009. p. 29-44. ISBN 978-85-232-0560-7.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 julho 2000.

BRASIL. Decreto nº nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 8750, Brasil, ano 2016, p. 1-4, 10 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/fauna-brasileira/portarias-fauna-am-eacada/PORTARIA_N_445_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Decreto - s/n de 5 de Junho de 2006. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE CANAVIEIRAS, BELMONTE E UNA, ESTADO DA BAHIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Brasil, ano 2006, p. 1-2, 6 jun. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Brasil. MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). PORTARIA Nº 1.076. PORTARIA Nº 1.076, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020. Aprova o Plano de Gestão Local do guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras e dá outras providências (02125.001081/2019-01). **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Brasil, ano 20, p. 1-3, 24 nov. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/exele/Downloads/PORTARIA_N1_076DE_13_DE_NOVEMBRO_DE_2020.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Brasil. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG. Portaria MMA Nº 445/ 2014. Nº 245, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** Brasil, ano 2014, p. 1-5, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/fauna-brasileira/portarias-fauna-am-eacada/PORTARIA_N_445_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024>.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. Brasil, p. 1-15, 25 maio 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COELHO, Maria Célia Nunes; Cunha, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de conservação: Populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes(orgs). Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. cap. 2, p. 26-65. ISBN 987-85-286-1371-1.

CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE (Brasil). . Dispõe sobre a Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras. Resolução nº 7. Brasil, ano 2018, p. 1, 13 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1/especies-exoticas-invasoras/resconabio072018estratgianacionalparaespeciesexoticasinvasoras.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CORADIN, Lídio; CAMILLO, Julcélia; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (Ed.). Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região Norte. Brasília, DF: MMA, 2022. (Série Biodiversidade; 53). Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/manejo-euso-sustentavel/flora>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DE PAULA, CRISTIANO QUARESMA. GEOGRAFIA(S) DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA. Orientador: Dirce Maria Antunes Suertegaray. 2018. 451 p. Tese (Doutor em Geografia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178869/001067414.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GALLI, MSc Orlando B. Surlo. Texto Base para elaboração do Plano de Recuperação do Caranguejo Guaiamum (*Cardisoma guanhumi* LATREILLE, 1825). Plano de Recuperação do Caranguejo Guaiamum, Caravelas, ano 2016, p. 1-100, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbc/dpes/planos-de-recuperacao-para-especies-aquaticas-ameacadas-de-extincao/plano_de_recuperacao_do_guaiamum.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

GLOSSARIO 360GRAUS (Brasil). O que é Descontinuidade geográfica. Geografia, Brasil, p. 1-3, 16 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.360graus.com.br/glossario/o-que-e-descontinuidade-geografica/#:~:text=A%20descontinuidade%20f%C3%A9sica%20ocorre%20quando,de%20estradas%2C%20barragens%20ou%20cidades>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Belmonte. Bahia, Brasil, ano 23, p. 1-5, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/belmonte/panorama>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Canavieiras. Bahia, Brasil, ano 23, p. 1-5, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/canavieiras/panorama>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Una. Bahia, Brasil, ano 23, p. 1-5, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/una/panorama>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ILHA VIVA. *Acrostichum danaeifolium*. Escola de Belas Artes/UFRJ. Disponível em: <<https://ilhaviva.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/acrostichumdanaeifolium.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais. Estudo mostra avanço alarmante do desmatamento na Mata Atlântica. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil, ano 25, p. 1-2, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estudo-mostra-avanco-alarmante-do-desmatamento-na-mata-atlantica>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JÚNIOR, Evaristo de Castro; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da Biodiversidade e áreas Protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes(orgs). Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. cap. 1, p. 26-65. ISBN 987-85-286-1371-1.

KOERICH, Magda Santos; BACKES, Dirce Stein; SOUSA, Francisca Georgina Macêdo de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; ALBUQUERQUE, Gelson Luiz. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 11, n. 3, 2017. DOI: 10.5216/ree.v11.47234. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/47234>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Kozenieski, Éverton de M., Lindo, P. V. de F., & Souza, R. J. de. (2021). O TRABALHO DE CAMPO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:: contribuições metodológicas à práxis geográfica. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, 11(21), 05–22. <https://doi.org/10.46789/edugeo.v11i21.1119>

LORENA, Giseli de. ESPAÇO, PAISAGEM, LUGAR, REGIÃO E TERRITÓRIO: UMA REVISÃO INTRODUTÓRIA SOBRE CONCEITOS GEOGRÁFICOS. Caderno Intersaberes, Curitiba, ano 2022, v. 11, ed. 35, p. 159-171, 2022.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque; NETO, José Francisco Barreto; PITOMBO, Arlindo de Araújo. GESTÃO DO CONHECIMENTO E MELHORIA DA ATIVIDADE PRODUTIVA DAS MARISQUEIRAS DE MANGUES SECO EM VALENÇA (BA). In MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque; NETO, José Francisco Barreto (orgs.). *Gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: saberes e práticas*. Salvador:EDUFBA, 2023. p.33-56

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2021. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/direito-do-ambiente/1188256948>. Acesso em 12 de jul. 2025

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ciência, Técnica e Arte:: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Sueley Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (orgs.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2002. cap. 1, p. 9-29. ISBN 85.326.1145-1.

MPA - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA (Brasil). Período de Defeso. Pesca, Brasil, ano 19, p. 1-3, 4 maio 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/periodo-de-defeso#:~:text=O%20defeso%20%>>

C3%A9%20a%20paralisa%C3%A7%C3%A3o,por%20fen%C3%B4menos%20naturais%20ou%20acidentes>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MPF. Ministério Público Federal. Cartilha Plataforma Territórios Tradicionais. PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS ESPAÇO DE SER, VIVER E REVIVER, Brasil, ano 2020, p. 1-24, 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR6/territorios-vivos/documentos-e-publicacoes/01_20_Cartilha_Plataforma_Territorios_Tradicionais_ONLINE.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

MPF. Ministério Público Federal. REGIMENTO DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS. PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS ESPAÇO DE SER, VIVER E REVIVER, Brasil, ano 2019, p. 1-5, 2 dez. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais/repositorio-de-marcos-regulatorios-de-regularizacao-fundiaria-de-povos-e-comunidades-tradicionais/federais/mpf/mpf-2019_regimento-da-plataforma-de-territorios-tradicionais.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

MPF. Ministério Público Federal. GUIA DE USO E PERGUNTAS FREQUENTES. PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS ESPAÇO DE SER, VIVER E REVIVER, Brasil, ano 2024, n. 3º, 13 ago. 2024. Guia de Uso, p. 1-24. Disponível em: https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/media/manual/2024/9/6/Guia_de_Uso_-_PTT_-_3%C2%AA edi%C3%A7%C3%A3o_online.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

OLIVEIRA, LIDIANE BARBOSA DE. RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA E CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS, BAHIA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM TERRITÓRIOS PESQUEIROS A PARTIR DO AR CABOUÇO LEGAL. 2016. 76 p. Monografia (Bacharel em Geografia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Bahia, 2016. Disponível em: <https://costeiros.ufba.br/sites/costeiros.ufba.br/files/oliveira.1_16_tcc.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PAIXÃO, Jaquelyne Poliszuk Azevedo. Caracterização morfológica, bioquímica e anatômica do dendêzeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) em função da disponibilidade hídrica e doses de silício. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia, UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2022.

PANGEA. Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista de Canavieiras. Canavieiras: PANGEA, 2007.

PEREIRA, Miguel Ângelo Silva; NEVES, Nuno Alexandre Gouveia de Sousa; FIGUEIREDO, Diogo Francisco Caeiro. CONSIDERAÇÕES SOBRE A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E AS REDES DE CORREDORES ECOLÓGICOS. Unidades de Conservação, Londrina, ano 07, v. 16, n. 2, p. 1-20, 7 dez. 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/exele/Downloads/geografiauel,+Gerente+da+revista,+1.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PEREIRA, Geusa da Purificação; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; COSTA, Bianca Aparecida Lima. Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras - BA: (Brasil). **Revista Espacios**, [S. l.], ano 17, v. 38, p. 1-13, 4 maio 2017. Disponível em: <<https://extensao-rural.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/Resex-Canavieiras.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Plataforma de Territórios Tradicionais – Ministério Público Federal (MPF). ano 2019. Disponível em: <<https://territoriotradicionais.mpf.mp.br/#/>> Acesso em 14 de novembro de 2024.

PROGRAMA ARBORETUM. *Annona glabra: Cortiça*. Brasil, ano 17, p. 1-2, 2017. Disponível em: <<https://www.programaarboretum.eco.br/especie/66/cortica>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ROCHA, Joecildo Francisco; PIMENTEL, Rafael Ribeiro; MACHADO, Silvia Rodrigues. Estruturas secretoras de mucilagem em *Hibiscus pernambucensis* Arruda (Malvaceae):: distribuição, caracterização morfoanatómica e histoquímica. *Acta Botanica Brasilica*, Brasil, ano 2011, p. 1-15, 25 dez. 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-33062011000400003>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abb/a/PhNPPXztZRMT3XRS6n9gWBR/>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTOS, Maria Aparecida Corrêa dos; FERREIRA, Márlia Coelho; LAMEIRA, Osmar Alves. *Dalbergia spp: Verônica*. In: PLANTAS para o Futuro: Região Norte. Brasil: [s. n.], 2022. cap. 5, p. 1-9. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1144683/1/Plantas-para-o-Futuro-Norte-1048-1056.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SAPUCAIA, CAROLINA SILVA. TERRITÓRIO GOIAMUNZEIRO LIVRE:: a pesca artesanal do guaiamum na Resex de Canavieiras (BA), conflitos territoriais e resistências. Orientador: Dra. Catherine Prost. 2024. 182 p. **Dissertação** (Mestra em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40955>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS:: concepções de geografia, espaço e território. **Geouerj**, Brasil, ano 09, v. 2, n. 18, p. 1-19, 12 maio 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/exele/Downloads/admin_depext,+1389-5367-1-CE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/exele/Downloads/admin_depext,+1389-5367-1-CE%20(1).pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SOUZA, Raíssa Celina da Costa. DE DENTRO DO MANGUE:: Um olhar interdisciplinar da relação entre as comunidades pesqueiras e os empreendimentos de carcinicultura na região da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA). 2022. 209 p. Prof. Dr. Mário Luiz Gomes Soares (Doutora em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Daniel Pimentel Fernandes de. AVALIAÇÃO NAS MUDANÇAS DE USO E COBERTURA DO SOLO NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS. Orientador: Cezar Augusto Teixeira Falcão Filho. 2019. 28 p. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialista em Gestão de Ambientes Costeiros.) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Bahia, 2019.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Os desafios da Geografia e a contribuição da obra de Milton Santos:: Originalidade e rigores teóricos e epistemológicos. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; JUNIOR, Rubens de Toledo (orgs). Encontro com o Pensamento de Milton Santos: O homem e sua obra. 2. ed. Bahia: **EDUFBA**, 2009. p. 29-44. ISBN 978-85-232-0560-7.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. ESPAÇO GEOGRÁFICO UNO E MÚLTIPLO. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Barcelona, ano 01, n. 93, p. 1-5, 15 jul. 2001. Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais:: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. Physis, Brasil, ano 09, 19 mar. 2009. **Revista de Saúde Coletiva**, p. 1-15. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/gZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Vieira, F. V. P., & Bispo, M. O. (2021). Envolvimento e educação ambiental: possibilidades sustentáveis com a decolonialidade. *Ambiente & Educação: Revista De Educação Ambiental*, 26(1), 03–27. <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v26i1.13338>

VIEIRA, Fábio. (2018). Um exercício decolonial na educação ambiental: a territorialidade em uma reserva extrativista. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. 35. 315-332. 10.14295/remea.v35i2.7993.